



Revista

# AMAZÔNIA

AGROECOLÓGICA

BELÉM - PARÁ - BRASIL



Revista

# AMAZÔNIA

## AGROECOLÓGICA



Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE  
FUNDO DEMA (www.fundodema.org.br)  
Belém - Pará - Amazônia - Brasil | ANO 2024

## EXPEDIENTE

**Texto:** Sabrina Nascimento

**Coordenação Editorial:** Élide Galvão

**Revisão:** Ana Carolina Magno

**Tradução:** Márcio Valle

**Projeto Gráfico, Diagramação, Ilustração:** Dah Passos

**Foto da capa:** João Albuquerque | A imagem destaca o SAF de Seu Valdivino Campos, localizado na comunidade Menino Jesus, município de Trairão, na região da BR 163, Oeste do Pará. A família do agricultor integra o projeto Criar para Empoderar, realizado pela Associação Comunitária Menino Jesus (ACMJ) e apoiado pelo Fundo Dema, por meio do Projeto Amazônia Agroecológica.

**Apoio:** Fundo Amazônia/BNDES



## Amazônia Agroecológica

REALIZAÇÃO:



APOIO:





## COMITÊ GESTOR DO FUNDO DEMA

### **Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)**

Graça Costa  
Sara Pereira

### **I REGIÃO DA TRANSAMAZÔNICA**

#### **Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP)**

Antônia Pereira Martins  
Marta Suely da Silva

#### **Prelazia do Xingu**

Ir. Marialva Oliveira  
Edizângela Barros

### **I REGIÃO DA BR 163**

#### **Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itaituba**

Isaías de Oliveira  
Edilson Lopes

#### **Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Prelazia de Itaituba**

Raione Lima  
Ana Flávia Souza

### **I REGIÃO BAIXO AMAZONAS**

#### **Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém**

Ivete Bastos

#### **Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA)**

Anderson Tapuia

#### **I COORDENAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO PARÁ (MALUNGU)**

Jaqueline Alcântara  
Valéria Carneiro

#### **I ARTICULAÇÃO DO MÉDIO XINGU E TAPAJÓS**

Ney Kwazady Xipaia Mendes

#### **I FUNDO LUZIA DOROTHY DO ESPÍRITO SANTO**

Marta Campos

#### **I FUNDO QUILOMBOLA MIZIZI DUDU MALUNGU**

Rede Bragantina  
CEDENPA  
Fundo Dema

#### **I FUNDO SOCIOAMBIENTAL BARCARENA E ABAETETUBA**

FASE  
STTR Barcarena  
Movimento de Mulheres Campo e Cidade (MMCC)  
Cáritas Diocesana de Abaetetuba

#### **I Equipe FASE/FUNDO DEMA**

Maria das Graças Costa  
Presidenta do Comitê Gestor

Simy Corrêa  
Coordenadora Executiva

Matheus Otterloo  
Assessor Especial

Élida Galvão  
Assessora de Comunicação

Vânia Carvalho  
Educadora

Beatriz Luz  
Educadora

Suelany Sousa  
Educadora

Fabiano Batista  
Assistente Administrativo

Maria Antônia Nascimento  
Assistente Administrativo

Tereza Cristina Matos  
Assistente Administrativo

Gabbe Anjos  
Agente Territorial



## **APRESENTAÇÃO 7**

## **PREFÁCIO 8**

### **A CONJUNTURA POLÍTICA E OS DILEMAS DA QUESTÃO CLIMÁTICA 12**

A grande seca de 2023: os povos da Amazônia frente à crise climática. 13

### **A CHAMADA PÚBLICA UNIFICADA AMAZÔNIA AGROECOLÓGICA, UMA PARCERIA FASE, FUNDO DEMA E FUNDO AMAZÔNIA 18**

Abrangência Territorial do apoio do Fundo Dema por meio do Projeto Amazônia Agroecológica 22

Perfil geral da Chamada Pública Amazônia Agroecológica 24

O tempo e o contexto dos projetos comunitários apoiados: relatos dos territórios sobre a grande seca de 2023 na Amazônia 29

### **OS PROJETOS DA CHAMADA PÚBLICA UNIFICADA DA AMAZÔNIA AGROECOLÓGICA: RECUPERAÇÃO E DEFESA DOS TERRITÓRIOS 32**

Resultados gerais dos projetos 35

As dimensões dos indicadores do Fundo Dema: uma visão qualitativa dos resultados 36

# SUMÁRIO



# SUMÁRIO

Por uma economia dos povos da floresta	37
Contribuições dos projetos agroecológicos para a conservação ambiental e a sociobiodiversidade	42
Sistemas Agroflorestais comunitários e os quintais produtivos agroecológicos no contexto da intensificação agrícola nos territórios	44
Agroecologia e a luta contra as falsas soluções “baseadas na natureza”	48
Soberania e segurança alimentar e nutricional	51
O papel das mulheres na conservação da sociobiodiversidade e defesa dos territórios	56
Mulheres: guardiãs das sementes	59
Fortalecimento das organizações e suas redes	60
Os Fundos Comunitários Autônomos	65

**DESAFIOS FUTUROS DOS PROJETOS 67**

**REFLEXÕES FINAIS 70**

**REFERÊNCIAS 72**





Foto: Yuri Rodrigues/Arquivo FASE



# APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que o Fundo Dema apresenta a publicação Amazônia Agroecológica que traz ao público os resultados da Chamada Pública Unificada Amazônia Agroecológica, a qual nasceu de uma parceria entre a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), o Fundo Dema e o Fundo Amazônia/BNDES. Desde o momento de seu lançamento, em 2019, muitos desafios lançaram-se à frente da execução dos projetos aprovados, mas hoje, após 5 anos, a chamada chega à sua conclusão com 38 projetos comunitários sendo desenvolvidos em diferentes territórios tradicionalmente ocupados no estado do Pará.

Com o esforço conjunto de integrantes da FASE e do Fundo Dema, os projetos mostram a luta e a força das comunidades envolvidas contra as grandes adversidades que marcaram os últimos cinco anos, com intensas transformações sociais, políticas e ambientais na Amazônia, no Brasil e no mundo. A pandemia de COVID 19 (2020-2022) somada ao governo de extrema direita de Jair Bolsonaro (2019-2022) e, não obstante, a grande seca que afetou a Amazônia no ano de 2023, foram acontecimentos que expuseram ainda mais os territórios ao avanço de atividades predatórias comandadas pelo agronegócio e a mineração. Foram anos com níveis recordes de calor, queimadas, desmatamentos, contaminação e violência. Um quadro de vulnerabilidade muito extenso que vem sendo superado, gradativamente, com a retomada da vida coletiva e política das organizações e comunidades e a reorganização das frentes de luta e resistência nos territórios.

Por isso, mais do que a execução pontual e sistemática de um projeto, os recursos da Chamada Amazônia Agroecológica possibilitaram para muitas comunidades a retomada de ações de defesa dos territórios e o fortalecimento de suas organizações e redes de articulação. Sobretudo, a valorização de seus sistemas produtivos e concepções de manejo da biodiversidade baseados em conhecimentos tradicionais e ancestrais indica caminhos de contraposição à intensificação agrícola e à superexploração da terra. Os conflitos enfrentados e os impactos da conjuntura histórica e atual estão presentes, mas as experiências alcançaram resultados importantíssimos diante de grandes adversidades e reverberam no presente e no futuro dos territórios, desdobrando-se em muitas possibilidades de ação e pensamento, hoje apresentados nesta publicação.



# PREFÁCIO

**Felício Pontes Jr.**

Desde que a ditadura civil-militar lançou na década de 1960 o Plano de Integração Nacional (PIN) a região entrou em choque entre dois modelos diferentes de desenvolvimento. O primeiro pode ser chamado de desenvolvimento predatório. O segundo, de socioambiental.

O modelo de desenvolvimento predatório pode ser sintetizado em cinco atividades básicas: madeira, pecuária extensiva, mineração, monocultura e energia. Em termos simples, o plano era a exploração de madeira, em primeiro lugar. O que sobrasse da floresta seria derrubado para a plantação de capim (pecuária extensiva). Paralelamente a essas atividades, o plano era explorar todos os minerais possíveis para exportação. Os rios foram visto apenas como fonte de energia elétrica, esquecendo-se seu uso múltiplo. E mais recentemente, trocou-se a floresta mais biodiversa do planeta pela monocultura de commodities.

Para financiar esse plano houve três grandes fontes públicas: Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Não faltou dinheiro. Porém, o resultado não se coadunou com a Amazônia. A região tinha uma taxa de desmatamento de 0,5% na década de 1970. Essa taxa alcançou 20% na segunda década deste século. Ou seja, em cerca de 40 anos desmatou-se quase  $\frac{1}{4}$  da Amazônia brasileira.

Outra consequência foi um forte êxodo rural. Em 1960, 35% da população da Amazônia era urbana. Hoje, após a massificação desses projetos, em torno de 80% dos amazônidas estão nas cidades. E o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região é inferior ao da média nacional – que já é vergonhoso.

Portanto, a injeção de dinheiro público promoveu mais concentração de renda, desmatamento e violência. Esse modelo, baseado em atividades predatórias, não obteve sucesso.

Em oposição a esse modelo está o socioambiental. Ele parte de um princípio básico: articulação entre a biodiversidade e a sociodiversidade. Dito de outro modo, ele concilia desenvolvimento com preservação ambiental.

Suas principais atividades podem ser sintetizadas no termo agroecologia. São produtos cada vez mais fortes no mercado, como açaí, castanha-do-pará, cacau, óleos de andiroba e copaíba... Isso sem falar no que ainda não foi estudado. O Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) estima que, de 10 espécies existentes no planeta, uma esteja na Amazônia. O potencial farmacológico da flora amazônica só foi estudado em 5%. O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) estima que 788 espécies de sementes da região possuem interesse econômico, mas apenas metade delas foi estudada.

É um modelo redistribuidor de renda porque predomina a forma coletiva de uso da terra, como reservas extrativistas, terras indígenas, territórios quilombolas e projetos de desenvolvimento sustentável. Seu cultivo é realizado por povos e comunidades tradicionais – como indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, andirobeiros(as)... – e camponeses(as) e agricultores(as) familiares. Essa forma de agricultura é a responsável por cerca de 70% dos alimentos dos brasileiros.

Trata-se também da percepção de que desenvolver pode ser manter o que se têm, isto é: “água limpa e floresta protegida”, como afirma o Cacique-Geral Munduruku, Arnaldo Kaba Munduruku.

Mesmo que se leve em conta apenas o aspecto econômico, o conjunto, por exemplo, de 17 tipos de atividades do ecossistema amazônico — do abastecimento de água e regulação climática ao fornecimento de alimentos, como peixes, frutas e castanhas — atinge centenas de bilhões de dólares por ano.

Nota-se, assim, o latente conflito entre os arautos dessa visão colonialista de desenvolvimento (predatório) e povos e comunidades tradicionais da Amazônia. Como ensina Loureiro, esse conflito nasce da tentativa de substituição da natureza por padrões considerados racionais “transformando em pastos, culturas homogêneas, cortada ou queimada, sem que o seu enorme potencial tenha sido reconhecidos, levantado e aproveitado”.

Portanto, esse choque entre cosmovisões tão diferentes congrega elementos ambientais, sociais, territoriais, culturais, dentre outros, constantemente vinculados por uma matriz de exclusão social exposta pelos defensores do modelo predatório, numa mistura letal para grande parte daqueles que ousam contestar tal situação.

A Amazônia está em disputa e as páginas que seguem são um alento para os que sonham com uma relação respeitosa entre ser humano e natureza, livrando-nos do caminho predatório e suicida.



## Seca no Amazonas deixa cidades isoladas e com escassez de alimento. (22/09/2023)

O aquecimento global associado a dois fenômenos climáticos simultâneos estão influenciando no agravamento da estação seca na Amazônia, sendo determinantes para o volume de chuvas muito abaixo do normal para o período, provocando escassez de alimentos e isolamento em várias cidades do Amazonas.

<https://amazoniareal.com.br/seca-no-amazonas-deixa-cidades-isoladas-e-com-escassez-de-alimento/>



Defesa Civil

## Casas flutuantes encaham em rio que secou no Amazonas; embarcações levam mais tempo em viagens. (29/09/2023)

Amazonas tem seca atingindo casas flutuantes e comércio. Regiões já sentem falta de água potável e alimentos. 60 das 62 cidades do estado sofrem com a seca; 18 estão em estado de emergência.

<https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2023/09/29/casas-flutuantes-encaham-em-rio-que-secou-no-amazonas-embarcacoes-levam-mais-tempo-em-viagens.ghtml>

## Rio Tapajós está 38 centímetros abaixo da seca histórica de Santarém. (08/10/2023)

De acordo com dados da Defesa Civil, nível do Rio Tapajós chegou a 94 cm neste domingo (8). Cota histórica de 2010 é de 1,32 metro.

<https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2023/10/08/rio-tapajos-esta-a-38-centimetros-da-seca-historica-de-santarem.ghtml>

## Santarém e outros municípios da região vivem situação de calamidade pública devido à seca extrema. (11/10/2023)

Municípios paraenses passam por situação de emergência pela estiagem extrema no estado. Santarém deve decretar estado de emergência para solicitar ajuda ao governo do estado e ao Governo Federal.

<https://tapajosdefato.com.br/noticia/1248/santarem-e-outros-municipios-da-regiao-vivem-situacao-de-calamidade-publica-devido-seca-extrema>



Isabelle Maciel

## El Niño provoca seca e coloca 42 rios na Amazônia e no Pantanal em estado crítico. (28/09/2023)

O fenômeno climático El Niño tem favorecido a seca em 38 rios na Amazônia e outros quatro no Pantanal, que devem permanecer com vazões abaixo da média histórica até pelo menos dezembro.

[https://www.terra.com.br/planeta/noticias/el-nino-provoca-seca-e-coloca-42-rios-na-amazonia-e-no-pantanal-em-estado-critico.fe35741ffaaci22ab924a4315d147bf1288hb2u0.html?utm\\_source=clipboard](https://www.terra.com.br/planeta/noticias/el-nino-provoca-seca-e-coloca-42-rios-na-amazonia-e-no-pantanal-em-estado-critico.fe35741ffaaci22ab924a4315d147bf1288hb2u0.html?utm_source=clipboard)

## Na Amazônia, mais de 100 botos morrem por causa da seca extrema. (01/10/2023)

A mortandade de botos tucuxis se soma ao drama de comunidades sem água e suprimentos para sua sobrevivência, enquanto a estiagem tende a piorar.

<https://climainfo.org.br/2023/10/02/na-amazonia-mais-de-100-botos-morrem-por-causa-da-seca-extrema/>



Miguel Monteiro / Instituto Mamirauá

## Rio Madeira tem menor nível em 56 anos, diz Agência Nacional de Águas. (10/10/2023)

A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) declarou, nesta terça-feira (10), em Brasília, a situação crítica de escassez de recursos hídricos no Rio Madeira, na Amazônia. A medida foi publicada em portaria no Diário Oficial da União e vale até 30 de novembro de 2023.

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-10/rio-madeira-tem-menor-nivel-em-56-anos-diz-agencia-nacional-de-aguas>

## Seca na Amazônia transforma paisagem tropical em deserto. (16/10/2023)

Níveis dos rios se aproximam da mínima histórica. Sem via fluvial, comunidades ribeirinhas ficam isoladas. Região sofre ainda com queimadas.

<https://www.dw.com/pt-br/seca-na-amaz%C3%B4nia-transforma-paisagem-tropical-em-deserto/a-67110708>





## Seca severa no Amazonas já afeta mais de meio milhão de pessoas, aponta Defesa Civil. (16/10/2023)

O estado tem 50 municípios em situação de emergência, 10 cidades em alerta e 2 em normalidade. Aproximadamente 138 mil famílias são afetadas pela estiagem.

[https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/10/16/seca-severa-no-amazonas-ja-afeta-mais-de-meio-milhao-de-pessoas-aponta-defesa-civil.ghtml?mc\\_cid=2c01606775&mc\\_eid=d8dc55f01c](https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/10/16/seca-severa-no-amazonas-ja-afeta-mais-de-meio-milhao-de-pessoas-aponta-defesa-civil.ghtml?mc_cid=2c01606775&mc_eid=d8dc55f01c)

## MPF recomenda estudo para avaliar declaração de emergência diante da seca na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (PA). (16/10/2023)

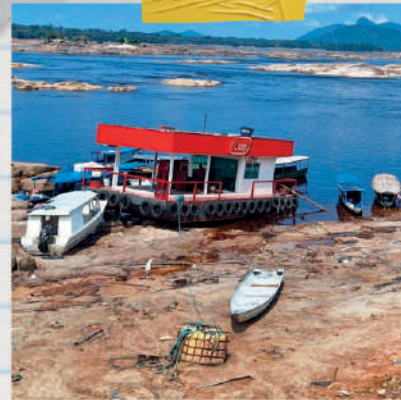
O Ministério Público Federal (MPF) enviou recomendação à Prefeitura Municipal de Santarém, no Pará, para que seja realizado o levantamento de dados e informações sobre a estiagem na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns.

<https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-recomenda-estudo-para-avaliar-declaracao-de-emergencia-diante-da-seca-na-reserva-extrativista-tapajos-arapiuns-pa>

## Rio Negro vive seca histórica, e São Gabriel da Cachoeira corre risco de apagão. (19/10/2023)

Impactos no noroeste do Amazonas atingem serviços essenciais, com mudança de horário de atendimento em postos de saúde e escolas. Cidade passa por racionamento.

<https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/rio-negro-vive-seca-historica-e-sao-gabriel-da-cachoeira-corre-risco-de>



Ray Baniwa/Rede Wayuri

## Mortandade de peixes em igarapé de Alenquer, no PA, preocupa comunidades ribeirinhas. (19/10/2023)

Moradores acreditam que temperaturas elevadas e a chuva que caiu na região um dia antes, podem ter provocado choque térmico matando os peixes.

<https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2023/10/19/video-mortandade-de-peixes-em-igarape-de-alenquer-no-pa-preocupa-comunidades-ribeirinhas.ghtml>



## Município com a maior população indígena do Amazonas é o primeiro a entrar em racionamento de energia por causa da seca. (21/10/2023)

São Gabriel da Cachoeira, a 850 quilômetros de Manaus, é uma das 59 cidades do Amazonas em situação de emergência por causa da seca histórica que atinge o estado.

<http://glo.bo/3rSfTxTv>

## Seca extrema faz rios Negro, Solimões, Amazonas e Madeira atingirem mínimas históricas. (19/10/2023)

A seca extrema na Amazônia ocidental produziu níveis mínimos históricos em pontos dos rios Negro, Solimões, Amazonas e Madeira, segundo dados do Porto de Manaus, Serviço Geológico do Brasil e Defesa Civil do Amazonas.

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/10/seca-extrema-faz-rios-negro-solimoes-amazonas-e-madeira-atingirem-minimas-historicas.shtml>

## Seca deixa comunidades indígenas isoladas após vazante histórica no Amazonas. (26/10/2023)

Rio Negro está passando pela pior vazante da história em mais de cem anos. Povos indígenas do Amazonas estão sofrendo com a escassez de suprimentos e, ainda, precisam lidar com um fator extra: a fumaça das queimadas.

<https://infoamazonia.org/2023/10/26/seca-deixa-comunidades-indigenas-isoladas-apos-vazante-historica-no-amazonas/>



# A CONJUNTURA POLÍTICA E OS DILEMAS DA QUESTÃO CLIMÁTICA

Declarada em março de 2020, a pandemia de COVID-19 revelou a força das desigualdades sociais no mundo e no Brasil, acentuando situações críticas de exclusão, violência e degradação ambiental. Na Amazônia, a marginalização e a vulnerabilidade aos riscos de adoecimento e morte de povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, agricultores familiares e camponeses foram realçadas diante do avanço das frentes predatórias de exploração econômica favorecidas pelo governo Bolsonaro (2019-2022), com forte crescimento durante a pandemia.

Os setores ligados ao agronegócio e à mineração foram fortemente favorecidos durante esse período. Segundo dados do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), comandado à época pela Ruralista Teresa Cristina, no ano de 2020, foram exportadas 131,5 milhões de toneladas de produtos agrícolas, entre grãos e carnes, totalizando um lucro de US\$ 61,2 bilhões (sessenta e um bilhões de dólares). Em meio à pandemia, o agronegócio brasileiro obteve um volume recorde de produção de grãos, com destaque à soja, que alcançou o patamar de aproximadamente 121 milhões de toneladas no ano de 2020.

Um relatório da Oxfam de 2022 mostrou o crescimento econômico de megacorporações alimentícias durante a pandemia da COVID-19. Enquanto milhões de pessoas entravam em situação de extrema pobreza, os bilionários do ramo lucravam com a alta do preço dos alimentos, que, em 2021, registrou um aumento global de 33,6%. No primeiro ano da pandemia, a gigante estadunidense Cargill ampliou seu lucro líquido em 5 vezes devido às condições “favoráveis” de mercado que produziu milhões de miseráveis no mundo. Segundo o relatório, a pandemia e a forma como os Estados e empresas lidaram com ela levou a desigualdade social a um novo recorde mundial.

Em relação às principais commodities minerais produzidas no país (ferro, ouro, cobre, nióbio, manganês e alumínio), segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2021), as exportações acumuladas foram da ordem dos 35 bilhões de dólares. De acordo com o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração (2021), o lucro das mineradoras cresceu durante a pandemia:

*Em 2020, o faturamento total do setor extrativo mineral brasileiro foi de R\$ 209 bilhões, um aumento de 36% em comparação aos R\$ 153 bilhões faturados em 2019. Tais ganhos estão associados à manutenção das atividades do setor extrativo mineral, ao aumento dos preços dos minérios a partir do segundo semestre de 2020 e à constante desvalorização do real. [...] O pagamento de R\$ 12,4 bilhões em dividendos da Vale S. A., em 2020, representa mais de 10 meses de auxílio emergencial de R\$ 600 para 2,06 milhões de brasileiros ou atenderia 20,6 milhões de brasileiros por um mês, quase 10% da população (Comitê Nacional em Defesa..., 2021, s/p).*

Essa dinâmica tem relação direta com a Amazônia. O agronegócio e a mineração

são gigantes demandadores de terras e territórios que, atualmente, disputam palmo a palmo a região, projetando permanente expansão e criando diversos problemas sociais, econômicos e ecológicos. A própria pandemia pode também ser entendida como um resultado direto da forma de exploração capitalista da Terra. A base dessa torre é a ilegalidade, envolve grilagem de terras, destruição ambiental e violência contra os povos indígenas, quilombolas, camponeses e demais comunidades tradicionais.

Ao mesmo tempo, o atual momento da crise climática e da posição da Amazônia nesse cenário, demanda questionar o papel desempenhado pelas grandes corporações nesse avanço contínuo de um quadro de degradação e injustiça socioambiental que se instala a partir do momento em que se mobilizam forças para a tomada de novas áreas voltadas à incansável expansão do agro e da mineração. Os impactos socioambientais desse processo misturaram-se aos efeitos do agravamento das mudanças climáticas na Amazônia, sobremaneira marcado pelo evento extremo conhecido como “a grande seca de 2023”.

## **A grande seca de 2023: os povos da Amazônia frente à crise climática**

### **Amazônia e o ponto de não-retorno**

Em 2022, foi publicado um estudo na Revista Nature Climate Change mostrando que, nas duas últimas décadas, mais de 75% da área total da Amazônia sofreu perda de resiliência por conta do avanço do desmatamento e dos impactos do aquecimento global, aproximando-se do chamado ponto de não-retorno. Esse termo é usado para explicar que a floresta está perdendo sua capacidade de recuperação/regeneração frente aos processos de degradação. Segundo a pesquisa, trata-se de um ponto de inflexão em que ocorrerá uma transição brusca e irreversível: a floresta úmida e densa, tal como a conhecemos hoje, se transformaria em um cenário de vegetação degradada e seca, dominada por arbustos e gramíneas, muito mais suscetível a incêndios. O ponto de não-retorno pode levar a Amazônia a um processo chamado de “savanização”, com consequências imprevisíveis e irreversíveis para a crise climática global. De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em áreas mais suscetíveis, aproximadamente 2 milhões de quilômetros quadrados do bioma já estão muito próximos do ponto de não-retorno.

Entre os principais efeitos, certamente destaca-se a alteração drástica dos regimes de chuva em todo o Brasil, já que a Amazônia é uma grande geradora de umidade, levada para diferentes regiões do país por meio dos rios voadores. Trata-se de um fenômeno que consiste em correntes de ventos úmidos que se formam com os vapores d'água do oceano atlântico, que, ao serem transporta-



dos para o continente por ventos alísios e passarem pela Amazônia, incorporam ainda mais água proveniente do solo e das florestas, sendo conduzidos para o Centro Oeste, Sul e Sudeste do Brasil. Os rios voadores influenciam o ciclo hidrológico nacional e, também, de países fronteiriços, como o Paraguai, o Uruguai e a Argentina. De acordo com o Observatório do Clima (OC), estima-se que os rios voadores acumulam uma quantidade de água maior do que a do próprio rio Amazonas, chegando a 20 trilhões de litros por dia.

A grande seca de 2023 na Amazônia foi considerada um evento climático extremo e sem precedentes pela Organização Meteorológica Mundial (OMM), agência da Organização das Nações Unidas (ONU) especializada em clima. A convergência entre um conjunto de fatores e os efeitos da degradação das florestas afetou o regime de chuvas e das águas dos rios que resultaram na seca histórica que atingiu diversas áreas, como a região da bacia do rio Negro e Solimões (Amazonas), o oeste e o centro do Acre, o rio Branco (Roraima), o norte de Rondônia, e grande parte do oeste e do norte do Pará.

O desmatamento tem relação direta com a grande seca, pois, além de ser um dos principais emissores de Gases de Efeito Estufa (GEE), foi também responsável por uma redução das chuvas que variou entre 15% a 30% em muitas áreas da Amazônia, alterando toda a dinâmica de umidade da região e causando distúrbios na regulação das chuvas e no abastecimento dos rios. Em se tratando do atual estágio de eventos climáticos extremos que estão afetando o Brasil e a Amazônia, esses dados atestam para uma realidade bastante preocupante para a floresta e a sobrevivência de seus povos.

### Dados do desmatamento na Amazônia

Entre agosto de 2019 e julho de 2020, a área desmatada nos nove estados da Amazônia Legal foi de 11.088 km<sup>2</sup>, conforme mostram os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Pará, Mato Grosso, Amazonas e Rondônia responderam por 80% do total desmatado.

No ano seguinte, 2021, a escalada do desmatamento avançou para o recorde de 13.235 km<sup>2</sup> entre agosto/2020 e julho/2021. Novamente os estados do Pará, Mato Grosso, Amazonas e Rondônia concentraram a maioria do total desmatado na Amazônia Legal, com 87,25%. A maior contribuição absoluta foi do Pará, com 5.257 km<sup>2</sup> de área desmatada.

Em 2022, mesmo com uma redução de 11,27% em relação ao ano anterior, o desmatamento seguiu bastante elevado, com 11.568 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 58% do total desmatado no país inteiro. O Pará seguiu como o estado que mais desmatou, com 4.141 km<sup>2</sup>, seguido do Amazonas (2.607 km<sup>2</sup>) e do Mato Grosso (1.906 km<sup>2</sup>).

A chegada do fenômeno El Niño e o aquecimento do Atlântico Tropical Norte também respondem pelo agravamento desse quadro, levando ao recrudescimento dos períodos de estiagem e produzindo um cenário ainda mais apto às queimadas e incêndios florestais. O INPE informou que, somente nos dez primeiros dias de setembro de 2023, foram registrados ao todo 3.925 focos de queimada apenas no estado do Amazonas. No agregado do mês de setembro, o Amazonas apresentou 7.066 focos de queimadas, enquanto o estado do Pará apresentou ao todo 8.359 focos. Em outubro de 2023, o Pará atingiu um recorde histórico, quando foram registrados pelo INPE um total de 11.378 focos de calor no Estado, o maior índice desde 2008.

O desmatamento e as atividades agrícolas, sobretudo, de monocultivos e pecuária extensiva, são as principais responsáveis pela ocorrência de fogo na Amazônia. Normalmente, as queimadas são posteriores ao desmatamento e são realizadas como forma de consolidar áreas para uso em pastagens, monoculturas, garimpo, entre outros crimes ambientais, produzindo uma verdadeira cadeia de destruição e contaminação do meio-ambiente por agrotóxicos e mercúrio. O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM, 2020) identificou que 50% dos focos de calor do 1º semestre de 2020 foram registrados em imóveis rurais médios e grandes com atividades agropecuárias. Ou seja, a floresta está sendo queimada para virar pasto, seguindo uma trajetória contínua desde a década de 1970, quando os governos militares passam a favorecer o avanço da pecuária na Amazônia. A monocultura de soja também compõe o cenário atual, e se expande de forma cada vez mais acelerada sobre as terras da Amazônia.

A ocorrência de garimpo ilegal também representa um importante vetor de pressão que pode resultar em desmatamento, fogo, destruição e muitas doenças (IPAM, 2021, p. 10) e tem se expandido sobre as Terras Indígenas e outras áreas protegidas sob a forma de uma violência extrema e sem precedentes contra os povos da floresta na Amazônia.

O agronegócio avança apoiado pela criação de políticas públicas favoráveis, incentivos fiscais, crédito agrícola, investimentos em pesquisa e tecnologia e desenvolvimento de infraestrutura, além de contar com a atuação da bancada ruralista que comanda um verdadeiro desmonte das políticas de proteção ambiental e territorial no Brasil e promovem pautas que privilegiam o agronegócio e o cometimento de crimes ambientais, com a flexibilização de regras e enfraquecimento de leis. O chamado “Pacote da Destruição” inclui o famigerado Marco Temporal, Lei 14.701, recentemente promulgada e que fere o direito originário dos povos indígenas às suas terras e cria uma instabilidade jurídica sobre as demarcações, incluindo de Terras Indígenas (TI) já homologadas. Há, ainda, a PL do Veneno (14.785/23), que facilita ainda mais aprovação de novos agrotóxicos, excluindo IBAMA e ANVISA do processo de controle.

Atualmente, de acordo com o Observatório do Clima (2024), tramitam no Congresso 25 projetos e três propostas de emenda à Constituição (PECs) que ameaçam diretamente a regulação ambiental de atividades predatórias. São alterações que, entre outros, afetam o licenciamento ambiental em vários níveis, favorecem a grilagem e a invasão de áreas protegidas e territórios tradicionalmente ocupados e flexibilizam o Código Florestal e legislações sobre recursos hídricos, mineração, oceano e zonas costeiras.

## **Desmatamento, mudanças no uso da terra e as emissões brasileiras de Gases de Efeito Estufa (GEE)**

O desmatamento e as mudanças no uso da terra representam as principais fontes das emissões brasileiras. O Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG), do Observatório do Clima (OC) informou que, no ano de 2020, em plena pandemia de Covid-19, as emissões brasileiras de gases de efeito estufa (GEE) subiram 9,5%, sendo o maior montante de emissões desde o último recorde no ano de 2006, quando foram produzidas 2,1 bilhões de toneladas de GEE. Em 2021, seguiu-se uma tendência de aumento, com a emissão de 2,4 bilhões de toneladas brutas de GEE, o que corresponde a um aumento de 12,2% em relação a 2020.

Desse total, o elevado índice de desmatamento e as mudanças no uso da terra na Amazônia e demais biomas respondem por 49% das emissões brutas no Brasil em 2021, seguido pelo setor da agropecuária (que está diretamente ligado ao desmatamento), com 25% do total das emissões, o que corresponde a 601 milhões de toneladas de GEE despejados na atmosfera. A produção de bovinos domina as emissões do agro: a criação de bois e vacas responde por nada menos do que 79,4% do total das emissões do setor (OC, 2023, p. 13). A produção de grãos foi responsável por uma emissão total de 254,4 milhões de toneladas de GEE, em uma área de produção de 86,7 milhões de hectares, 3,9% maior do que em 2020. A soja teve aumento de 11% em sua produção.

Somadas, as emissões do desmatamento e da agropecuária responderam juntas por 74% do total de emissões no Brasil em 2020. Ou seja, seguindo uma trajetória histórica de ocupação predatória, as mudanças no uso da terra e a destruição das florestas, com a expulsão e adoecimento de povos tradicionais, impactam diretamente na questão climática global hoje.

Com a seca extrema dos rios e o baixo volume de chuvas que assolaram várias regiões da Amazônia em 2023, a vida das populações de cidades e comunidades tem sido afetada em diversos aspectos. As atividades produtivas e econômicas, por exemplo, foram comprometidas ou inviabilizadas em muitas regiões da Amazônia, assim como a navegabilidade das embarcações que abastecem as cidades e fazem o transporte de pessoas para fins de comércio, estudo e atendimento médico. Isso levou comunidades, aldeias e cidades inteiras ao isolamento e à escassez de alimentos, afetando seriamente a segurança alimentar e nutricional das populações cujos



modos de vida estão totalmente associados às florestas e aos fluxos socioeconômicos que circulam pelos rios. A estiagem extrema e a seca dos rios também provocaram grande mortandade de peixes e outras espécies aquáticas em várias regiões da Amazônia, abalando a segurança alimentar e nutricional, a saúde e a economia de diversas comunidades que trabalham, consomem e comercializam pescado.

No âmbito dos projetos apoiados pela Chamada Pública Amazônia Agroecológica, muitas experiências vividas pelos territórios afetados pela grande seca de 2023 na Amazônia foram relatadas durante o acompanhamento das atividades. No último ano, esse foi um dos temas mais importantes e densamente debatidos entre as diversas organizações ligadas aos territórios e se evidenciou de forma muito intensa nos encontros coletivos realizados durante a execução dos projetos do AA. Isso ressaltou ainda mais a importância das iniciativas e práticas agroecológicas como ações diretas de enfrentamento aos vetores de produção das grandes mudanças ambientais vivenciadas historicamente e hoje na Amazônia.



# A CHAMADA PÚBLICA UNIFICADA AMAZÔNIA AGROECOLÓGICA, UMA PARCERIA FASE, FUNDO DEMA E FUNDO AMAZÔNIA

## NOTAS METODOLÓGICAS

Os resultados dos projetos apoiados pela Chamada Pública Unificada Amazônia Agroecológica são descritos com base no acompanhamento sistemático de atividades e ações desenvolvidas ao longo do ano de 2023 e do primeiro semestre de 2024 pela FASE e o Fundo Dema junto às organizações apoiadas. Foram oficinas, seminários e intercâmbios, que representaram momentos de trocas intensas em torno das realidades e experiências de cada território e região, e de enunciação de saberes, concepções e tecnologias sociais e ancestrais a partir dos projetos desenvolvidos. Nestes espaços em que foi possível o encontro de pessoas de vários territórios revela-se também as percepções e reflexões das comunidades sobre a conjuntura e suas convergências na realidade, que também serão destacadas ao longo da publicação.



**Oficina de Sistematização da Chamada Pública Amazônia Agroecológica** – 15 e 16 de fevereiro de 2014, Belém/PA.



**Oficina de Sistematização dos Resultados Baixo Amazonas (Santarém)** – 05 a 07 de março de 2024.



**Intercâmbio entre projetos da BR 163 e Transamazônica/Xingu** – 06 de março de 2024, comunidade Menino Jesus, Trairão/PA. Projeto Criar para Empoderar, realizado pela Associação Comunitária Menino Jesus (ACMJ).

Fotos: Arquivo Fundo Dema





**Intercâmbio Baixo Amazonas** - 06 de março de 2024, comunidade de Dourado (Região do Arapixuna), Santarém/PA. Projeto Agroecologia e Ambiente Saudável para a Presente e Futura Geração/PAE Lago Grande, realizado pela Associação de Moradores da Comunidade de Dourado (Região do Arapixuna, Santarém) (ASMODO); Projeto Mulheres trabalhadoras rurais, empoderadas na luta pela agroecologia e a segurança alimentar e nutricional, realizado pela Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do município de Santarém (AMTR).



**Oficina de Sistematização dos Resultados Transamazônica e BR 163 (Itaituba)** - 19 a 21 de março de 2024



**Oficina de Sistematização do Nordeste Paraense/comunidades quilombolas** - 19 a 21 de março de 2024, Altamira/PA.



Fotos: Arquivo Fundo Dema

**Intercâmbio entre projetos do Nordeste Paraense/comunidades quilombolas** - 21 de março de 2024, comunidade quilombola Pimenteira, Santa Luzia do Pará/PA. Projeto Quintais Agroecológicos, Segurança Alimentar e Solidariedade, para natureza e vida em abundância. Intercâmbio Comunidades Quilombolas, realizado pela Associação Quilombola dos Agricultores Familiares de Pimenteira (AQUAFAP).





**Seminário Nacional Amazônia Agroecológica** – 08 a 10 de abril de 2024, Belém/PA.

Esse acompanhamento produziu um vasto acervo de pesquisa, com vídeos, imagens e gravações.

A partir da sistematização do material e dos dados e informações produzidas pelo Fundo Dema, a revista descreve as principais contribuições dos projetos agroecológicos e coletivos apoiados pela chamada, mostrando os resultados alcançados e os principais benefícios aos territórios onde foram desenvolvidos. As experiências agroecológicas desenvolvidas tornam evidente a importância de tais iniciativas no atual contexto de degradação do bioma Amazônia, mostrando uma diversidade de conhecimentos e ações comunitárias que vem do acúmulo de experiências de povos indígenas, quilombolas e camponeses, que somam gerações de luta contra as frentes exploratórias e desenvolvimentistas que têm levado a vida dessas populações a transformações socioambientais bastante profundas.



A Chamada Pública Unificada (CPU) Amazônia Agroecológica (AA) é a segunda parceria firmada entre a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), o Fundo Dema e o Fundo Amazônia, gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A primeira ocorreu no ano de 2011 com a realização de 7 chamadas públicas e apoio a 112 projetos coletivos comunitários.

A CPU Amazônia Agroecológica teve como objetivos: 1) fortalecer as ações coletivas de organizações de agricultores familiares, agroextrativistas, comunidades quilombolas e de povos indígenas na promoção de atividades econômicas sustentáveis e ações de gestão e defesa dos territórios com promoção de práticas para a transição agroecológica; 2) promover a melhoria das condições da segurança alimentar e nutricional das comunidades, e ações de recuperação de áreas degradadas e de proteção de áreas de preservação permanente na Amazônia paraense para fortalecimento das organizações e para a redução da pressão sobre as florestas e os bens comuns.

Três grandes áreas temáticas orientaram a proposição de projetos ao AA: 1) Atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da floresta: práticas agroecológicas e de valorização da floresta em pé; 2) Segurança Alimentar e Nutricional; 3) Conservação e uso sustentável da biodiversidade. As atividades correspondentes a cada área buscam contemplar experiências que muitas comunidades já vêm desenvolvendo por meio de conhecimentos e práticas tradicionais e ancestrais.

A CPU Amazônia Agroecológica foi publicada em março de 2019 e aprovou, inicialmente, 42 projetos, dos quais 38 foram homologados e contratados, após algumas desistências. A consecução natural da Chamada, a partir do cronograma inicialmente previsto, foi afetada, sobretudo, pela crise na gestão socioambiental provocada pelo governo Bolsonaro, a pandemia de COVID-19 e pela grande seca de 2023 na Amazônia. No contexto do governo, projetos comunitários – até de povos indígenas, que dependiam de anuências e licenças dos órgãos federais para terem início – acabaram atrasando já nesse primeiro momento por conta da quase paralisação no atendimento das solicitações. Por sua vez, a pandemia impactou a implementação de contratos e o início da execução dos projetos aprovados. Todas as atividades que estavam ligadas ao cronograma de execução das atividades e implementação e acompanhamento dos projetos, como formações, mutirões de trabalho, intercâmbios, oficinas de gestão, monitoramento e prestação de contas, foram totalmente paralisados. E, por fim, a grande seca de 2023, que provocou perdas na produção de iniciativas ligadas aos projetos, muitas mudas, sementes e árvores frutíferas de porte médio morreram com os longos períodos sem chuvas.

Apesar das dificuldades que as comunidades camponesas, agroextrativistas, quilombolas e povos indígenas enfrentaram durante parte da execução dos projetos, até o final de 2023, foi possível concluir os repasses de recursos aos 38 projetos homologados e contratados pela chamada pública. Nas visitas de monitoramento realizadas pelo Fundo Dema aos projetos, alguns representantes das associações enfatizaram que, apesar dos atrasos impostos, a chegada dos recursos reanimou as comunidades, permitindo a retomada de muitas de suas atividades produtivas e de defesa dos territórios, assim como ações de enfrentamento às mudanças climáticas na Amazônia.



## SANTARÉM

ADHMA  
CFR Lago Grande  
AMOTAM  
APAA  
ASPRONIV  
AMPROCOL  
FEAGLE  
AIASF  
AMTR  
ASMOD  
FAMCEEFF  
ASPROGUA)  
TAPAJOARA  
AIMAI  
AMPRAVAT

## BELTERRA

AMABELA

## ORIXIMINÁ

AMIRMO

## ALTAMIRA

CFR de Altamira  
AIPHX  
AMORERI

## ALENQUER

ASPROEXP

## ALMEIRIM

APROMOVA

## ANAPU

IBKRIN

## PORTO DE MOZ

CDS





# Abrangência Territorial do apoio do Fundo Dema por meio do Projeto Amazônia Agroecológica

- Baixo Amazonas
- Nordeste paraense
- BR 163/Tapajós
- Transamazônica/Xingu

SANTA LUZIA DO PARÁ

AQUAFAP

ACARÁ

AMARQUISI  
ARQMASJ  
ARQMMA

CAMETÁ

ARQUIPA

SENADOR JOSÉ PORFÍRIO

CFR Senador José Porfírio

GURUPÁ

ASPRORIOS  
ARQJO

URUARÁ

MMUCC

TRAIRÃO

ACMJ  
ASAFAB

PLACAS

ACOMCOSM  
ACMUP

RURÓPOLIS

AMMR

## Perfil geral da Chamada Pública Amazônia Agroecológica

Os projetos implementados com o apoio da CPU Amazônia Agroecológica localizam-se no Pará (PA), ao longo das regiões do Baixo Amazonas (19), Transamazônica/Xingu (11), BR-163/Tapajós (3) e Nordeste Paraense/Baixo Tocantins (5). Ao todo, 17 municípios foram alcançados (quadro 2; mapa 1).

**Quadro** Projetos do AA, por região.

Região	Projeto	Proponente	Município
Baixo Amazonas	Consolidando a Agroecologia na Amazônia (Oeste do Pará).	Associação de Defesa dos Direitos Humanos e Meio Ambiente na Amazônia (ADHMA)	Santarém
	Jovens da Floresta Defendem A Agroecologia e a Resistência em Nosso Território.	Associação das Famílias da Casa Familiar Rural do Lago Grande do Curuai (CFR Lago Grande)	Santarém
	Acordos comunitários de pesca fortalecendo a gestão e melhorando e a vida das famílias assentadas no PAE Tapará, município de Santarém/PA.	Associação dos Moradores de Tapará-Miri (AMOTAM)	Santarém
	Projeto Consciência: consolidação da piscicultura em tanque-rede da Comunidade do Anã, RESEX Tapajós-Arapiuns.	Associação dos Piscicultores Agroextrativistas de Anã (APAA)	Santarém
	Valorizando a agricultura familiar e a agroecologia na produção de alimentos.	Associação de Moradores e Produtores Rurais e Pescadores de Nova Vista (ASPRONIV)	Santarém
	Semeando agroecologia e construindo territórios sustentáveis com alimentos saudáveis.	Associação de Moradores e Trabalhadores Agroextrativistas da Comunidade de Cabeceira do ouro (AMPROCOL)	Santarém
	Semeando agroecologia e fortalecendo os territórios com nossas resistências.	Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande (FEAGLE)	Santarém



Baixo Amazonas	Projeto Capacitação, Floresta e Sustentabilidade .	Associação Indígena Açaizal Sagrada Família (AIASF)	Santarém
	Mulheres trabalhadoras rurais, empoderadas na luta pela agroecologia e a segurança alimentar e nutricional.	Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do município de Santarém (AMTR)	Santarém
	Agroecologia e Ambiente Saudável para a Presente e Futura Geração/PAE Lago Grande.	Associação de Moradores da Comunidade de Dourado (Região do Arapixuna, Santarém) (ASMOD)	Santarém
	Agroecologia e artesanato contribuindo na renda das famílias do PAE Eixo Forte.	Federação das Associações de Moradores, Comunidades e Entidades do Assentamento Agroextrativista Eixo Forte (FAMCEEF)	Santarém
	Plantando Sementes Agroflorestais: Novas Perspectivas para Jovens do Campo.	Associação de Moradores e Trabalhadores Rurais Agroextrativista da Comunidade de Guajará (ASPROGUA)	Santarém
	Comunicação Sustentável e Sociobiodiversa.	Organização das Associações e Moradores da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (TAPAJOARA)	Santarém
	Capacitação Índio e Floresta 3.	Associação Indígena Munduruku de Auá da Aldeia Ipaupixuna (AIMAI)	Santarém
	Fortalecimento da organização e implementação da cadeia produtiva e de valor do vinho Mani-Oara, um fermentado à base de mandioca.	Associação de Moradores Agroextrativistas e Indígenas do Tapajós (AMPRAVAT)	Santarém
	Mulheres Empoderadas na Resistência, na Defesa do Território, com Agroecologia e sem Violência.	Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Município de Belterra (AMABELA)	Belterra
	Fortalecimento da Cadeia de Fruticultura do Município de Alenquer.	Associação dos Pequenos Produtores Rurais Extrativistas e Pescadores Artesanais do Município de Alenquer (ASPROEXPA)	Alenquer
Tarsom e Asisĩ. Fortalecimento da Organização de Mulheres pela Execução do Manejo de Macaxeira e Horta de Pimenta.	Associação de Mulheres Indígenas da Região do Município de Oriximiná (AMIRMO)	Oriximiná	

Baixo Amazonas	Consolidação com práticas sustentáveis gerando renda e bem-estar na comunidade.	Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais, Extrativistas, Hortifrutigrajeiros da Comunidade Morada Nova do Jarí (APROMOVA)	Almeirim
Transamazônica /Xingu	Projeto frutas do Sítio - Agroindustrialização e capacitação para a Produção de base Sustentável.	Associação das Famílias da Casa Familiar Rural de Altamira (CFR de Altamira) Associação das Famílias da Casa Familiar Rural de Altamira (CFR de Altamira)	Altamira
	Consolidação Pró açaí: manejo sustentável do açaí nativo ( <i>euterpe oleracea</i> ), como forma de fortalecimento da economia e da segurança alimentar na aldeia Tukamã da etnia Xipaya, município Altamira, PA.	Associação Indígena Pyjahyry Xipaya (AIPHX)	Altamira
	Fortalecimento e consolidação da gestão da Rede de Cantinas e Miniúsinas da Terra do Meio.	Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Rio Iri (AMORERI)	Altamira
	Açaí na cuía	Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz (CDS)	Porto de moz
	Produção de aves de corte em sistema floresta, para a segurança alimentar e nutricional dos alunos da Casa Familiar Rural de Senador José Porfírio.	Associação das Famílias da Casa Familiar Rural de Senador José Porfírio (CFR Senador José Porfírio)	Senador José Porfírio
	Estruturação do lago Imokti para produção consorciada de camarão e peixe, com elaboração de ração sustentável com produtos locais.	Associação Instituto Bepotire Xikrin-IBKRIN	Anapú
	Fortalecimento da Fruticultura Agroecológica no Município de Uruará.	Movimento de Mulheres de Uruará Campo e Cidade (MMUCC)	Uruará
	Sistema Ecológico de Manejo de Açaizais Nativos e Sistema de Cacau-Cabruca para o Uso Sustentável da Amazônia no Entorno do Distrito de Itatupã	Associação dos Produtores Agroextrativistas e Pescadores do Rio Barbosa e Comunidades do Entorno do Distrito de Itatupã (ASPRORIOS)	Gurupá



	A Nossa Floresta é Fonte de Vida.	Associação das Comunidades dos Remanescentes do Quilombo do Jocojó (ARQJO)	Gurupá
	Ecologicamente Unidos por um Sistema diversificado e Sustentável.	Associação Comunitária da Comunidade São Miguel (ACOMCOSMI)	Placas
	Alimentação Sadia, Vida Saudável e Cuidado com o Meio Ambiente II.	Associação Clube de Mães Unidas de Placas (ACMUP)	Placas
BR-163/Tapajós	Criar para empoderar.	Associação Comunitária Menino Jesus (ACMJ)	Trairão
	Agroecologia na Batata: consorciar para Melhorar.	Associação dos Agricultores Familiares do Batata (ASA-FAB)	Trairão
	Mulheres e Agroecologia: ampliando laços e espaços.	Associação das Mulheres do Município de Rurópolis (AMMR)	Rurópolis
Nordeste Paraense	Ilê do Açaí: sistema de Produção Sustentável e Integrado de SAFS, Farmácia Viva e Meliponários para o Empoderamento Socioeconômico e Alimentar dos Quilombos de Santa Quitéria e Itancoázinho	Associação dos Moradores e Agricultores Remanescente de quilombo das comunidades Santa Quitéria e Itancoázinho (AMARQUISI)	Acará
	Articulação em Rede de Colaboração Solidária para Fortalecimento Socioproductivo de Comunidades Quilombolas no Município do Acará, Amazônia Paraense	Associação Quilombola dos Moradores e Agricultores do São José Jacarequara (ARQMASJ)	Acará
	Quintais Agroflorestais: Sociobiodiversidade e Segurança Alimentar na Comunidade Quilombola Monte Alegre, Município do Acará.	Associação dos Remanescentes Quilombolas dos Moradores do Monte Alegre (ARQMMA)	Acará
	Projeto de Consolidação Viva Alegre de Criação de Galinha Caipira Regional e Reflorestamento.	Associação de Remanescentes de Quilombos de Porto Alegre (ARQUIPA)	Cametá
	Quintais Agroecológicos, Segurança Alimentar e Solidariedade, para natureza e vida em abundância.	Associação Quilombola dos Agricultores Familiares de Pimenteira (AQUAFAP)	Santa Luzia do Pará

O perfil das comunidades com projetos apoiados pelo AA foi bastante diverso. Do total de 38, 26 projetos beneficiam agricultores familiares e camponeses, agroextrativistas e pescadores, assentados em comunidades de unidades de conservação de uso sustentável (Reservas Extrativistas RESEX Tapajós-Arapiuns, Porto de Moz e Iri-ri), e Casas Familiares Rurais (CFR Altamira, Senador José Porfírio e Lago Grande); 06 projetos são de comunidades indígenas (Kayapó Xikrin, Munduruku, Tapajós, WaiWai e Xipaya); e 06 são de comunidades quilombolas (4 do Baixo Tocantins, 1 do Nordeste Paraense e 1 do Xingu). De todos os projetos, 5 são de organizações específicas de mulheres (Belterra, Santarém, Rurópolis, Placas e Uruará).

Quanto às atividades desenvolvidas, dos 38 projetos, 34% desenvolvem implantação de sistemas agroflorestais, recuperação de áreas degradadas e manejo de açai-ais nativos; 29% das iniciativas apoiadas compreendem projetos de criação de pequenos animais (galinhas caipiras e peixes); 24% são de implantação de unidades de beneficiamento de frutas (polpas de frutas) e mandioca (casas de farinha). A diversidade de projetos apoiados inclui, ainda, ações de mobilização, formação, comunicação e comercialização (11%); e ações de acordo de pesca (3%).

**Tabela 1 - Tipos de projetos apoiados**

Tipos de projetos apoiados	Nº de projetos	%
Sistema Agroflorestal, Recuperação de Áreas Degradadas, manejo de açai nativo	13	34
Criação de pequenos animais e piscicultura	11	29
Miniusinas de beneficiamento de frutas e mandioca	9	24
Mobilização, formação, comunicação e comercialização	4	11
Acordos de pesca	1	3
<b>TOTAL</b>	<b>38</b>	<b>100</b>

*Fonte: Banco de Dados do Fundo Dema, 2024.*

Na seção de apresentação dos resultados de execução dos projetos veremos que muitos não desenvolvem apenas as atividades definidas como principais, associando diversas outras práticas e saberes e desenvolvendo complexos sistemas de socio-biodiversidade pensados para cada território especificamente. De forma central, a questão territorial percorre todos os tipos de projeto, por isso, as atividades políticas de mobilização por direitos socioambientais e territoriais fazem parte, necessariamente, da concepção dos projetos e de sua execução. Os projetos, portanto, representam espaços de fortalecimento da defesa dos territórios diante da atual conjuntura em que a Amazônia é foco de múltiplos interesses econômicos que disputam a sua exploração.



## O tempo e o contexto dos projetos comunitários apoiados: relatos dos territórios sobre a grande seca de 2023 na Amazônia

*Depois da pandemia, veio essa estiagem tão forte, mas a gente sabe que isso tem nome, quem causou isso, quem causa esse clima tão violento, digo de uma mudança muito brusca, o caos que a gente tá vivendo que é muito calor. A nossa região da Amazônia está bastante desmatada, tem muitos veículos, tem portos de embarque e desembarque, tem muito veneno sendo colocado, nossas árvores estão sendo destruídas, muitos criadores de abelha que não têm mais criação, morreram as abelhas [...] (Ivete Bastos, da Comunidade de Dourado/PAE Lago Grande, Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém – STTR/STM. Entrevista realizada durante a Oficina de Sistematização Amazônia Agroecológica do Baixo Amazonas, mar/2024).*

O tempo histórico dos projetos apoiados e seus territórios foi a grande seca de 2023 na Amazônia. São experiências que retratam as transformações do meio ambiente e da sociobiodiversidade diante de um evento climático sem precedentes na história. Os relatos que foram coletados durante o processo de acompanhamento dos projetos do AA, entre os anos de 2023 e 2024, revelam as muitas camadas da seca vivenciadas na Amazônia, em diversas comunidades e regiões. Ivete Bastos conta que foram momentos de desespero com a perda das produções, a seca dos rios, a morte dos peixes e a morte de árvores nativas e frutíferas.

Toda a biodiversidade nos territórios foi afetada.

O desaparecimento das abelhas relaciona-se a outros acontecimentos vivenciados pelas comunidades. Em todas as regiões, houve relatos sobre a perda de espécies florestais nativas, entre frutíferas e agrícolas, que são fontes de alimentos de abelhas, outros animais e pessoas. Dona Ivete Bastos relatou durante a Oficina de Sistematização do Baixo Amazonas (março/2023), que as roças estão com problemas em todas as regiões e muitas culturas estão ameaçadas pelos efeitos da seca. Sobre tudo, onde o agronegócio vem despejando agrotóxicos, entre outras consequências, nota-se uma maior fragilidade nas sementes de várias espécies, que, com a grande seca, não resistiram.

Na região Transamazônica/Xingu, a Irmã Marialva Oliveira, da Associação de Defesa dos Direitos Humanos e Meio Ambiente na Amazônia (ADHMA), Prelazia do Xingu e Comitê Gestor do Fundo Dema, também relatou a perda das plantações e produções comunitárias durante a seca que atingiu múltiplos cultivos e o manejo das áreas de floresta. De acordo com a Irmã, já não está mais sendo possível manter os mesmos ciclos de cultivo tradicionalmente desenvolvidos pelas comunidades.

No município de Gurupá, região da Transamazônica/Xingu, a Comunidade Quilombola de Jocojó também teve problemas na produção do açaí em decorrência da seca. José Roberto Pombo, da Associação das Comunidades dos Remanescentes do Qui-

lombo do Jocojó (ARQJO), relatou durante a Oficina de Sistematização dos projetos quilombolas que a seca e as grandes queimadas que ocorreram no território em 2023 afetaram os açaiçais da comunidade, inviabilizando qualquer tipo de produção, seja para comercialização, seja para consumo próprio. O deslocamento das produções e das pessoas ficou impossibilitado com a seca dos igarapés do território e do Rio Jocojó, usado como via de transporte pelas famílias das comunidades.

Outra cultura tradicional desenvolvida em vários territórios de todas as regiões do Pará que sofreu grandes danos durante a seca foi a mandioca. Edilena Oliveira, da Comunidade São Francisco/PAE Lago Grande, Baixo Amazonas, e representante da Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande (FEAGLE), relatou durante a Oficina de Sistematização do Baixo Amazonas, que o cultivo da mandioca em todo o território do PAE está passando por grandes dificuldades nesse momento. A perda das roças e sementes afetou toda a produção associada à mandioca, sobretudo a farinha, uma das mais importantes atividades econômicas de diversas comunidades.

*Ano passado teve muita gente que já sofreu com a falta de produtos, principalmente da farinha e esse ano não vai ser diferente, porque ano passado tinha muita gente que comprou a farinha, por exemplo, mas tinham roça e venderam bastante, mas esse ano tem muita gente sem roçado. Agora, lá no interior, não tem de quem comprar farinha, tu encontras é 15 reais 1 quilo, então, essa farinha vai de Santarém pra lá, mas é a farinha industrializada (Edilena Oliveira, FEAGLE, durante a Oficina de Sistematização do Baixo Amazonas, abr/2024).*

Josilene dos Anjos, da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Santarém (AMTR/STM), também durante a Oficina do Baixo Amazonas, afirmou que as sementes de maniva foram perdidas durante a seca. Ela relatou que esse impacto elevou o preço dos produtos derivados da mandioca, a farinha chegou a ser comercializada por até 600 reais a saca durante a seca. Isso impediu as próprias comunidades de consumirem produtos que fazem parte de sua cultura alimentar tradicional.

Sobre a perda das sementes durante a grande seca, dona Edilena reflete que perder as sementes significa perder a própria vida.

*É uma forma de se apagar nossos modos de vida, nossas formas de se alimentar... na seca, nós estávamos perdendo as nossas sementes, estávamos perdendo a nossa vida, porque as sementes são a nossa vida. Hoje, roças e roças de macaxeira secaram, nós tínhamos variedades de sementes lá, secou tudo. Então, aquilo é um pedaço de ti que vai te tirando. A gente perdeu quase 80% de nossas sementes (Edilena Oliveira, durante a Oficina de Sistematização do Baixo Amazonas, abr/2024).*



Parte do que foi plantado foi perdido e o resultado de todas essas perdas afetou sobremaneira a segurança alimentar e nutricional em todas as regiões, pois muitas dessas produções são destinadas ao autoconsumo e são importantes para a alimentação das comunidades. Perde-se, portanto, a possibilidade da alimentação saudável e diversa, direito humano essencial seriamente violado nesse processo.

A perda da biodiversidade também pôde ser observada com a alta mortalidade da fauna aquática em várias regiões provocada, sobretudo, pelo baixo volume de rios e demais corpos hídricos e as altas temperaturas das águas. Na região do Baixo Tocantins, por exemplo, as atividades tradicionais de pesca do camarão sofreram uma drástica redução no período da safra no ano de 2023. A escassez do camarão e o conseqüente aumento do preço impossibilitaram o acesso a esse alimento pelas próprias comunidades da região. Ailton Cruz do Rosário, da Associação Quilombola dos Moradores e Agricultores do São José Jacarequara (ARQMASJ), Acará, explica que a seca de 2023 significou o ápice de uma redução gradativa que já vinha sendo observada pelas comunidades, pois as águas da região vêm passando por vários processos de degradação associados à expansão da agropecuária e dos monocultivos de dendê que despejam veneno nas águas da região há décadas. Ele destaca que, no Acará, a expansão das fazendas nas cabeceiras dos rios onde se reproduz o camarão e a contaminação por agrotóxico são motivadores históricos dessa redução que atingiu seu ponto mais dramático durante a grande seca.

Em contrapartida, as comunidades reagem a esse quadro. Dona Edilena relata que a recuperação dos territórios no PAE Lago Grande, assim como outras áreas do Baixo Amazonas, está sendo realizada por meio das trocas de sementes que ocorrem entre as próprias comunidades. Isso pode ser notado também em outros territórios e regiões, onde essa troca busca uma maior resiliência das espécies manejadas em face das mudanças climáticas. Neste cenário, os projetos comunitários têm a perspectiva de potencializar tecnologias desenvolvidas pelas próprias comunidades para redução e combate aos danos causados pela seca e pelo agravamento do quadro climático atual na Amazônia.



**Seca de 2023, no Rio Arapiuns - Santarém/PA**

Foto: Maria Antônia Nascimento/Arquivo Fundo Dema

# OS PROJETOS DA CHAMADA PÚBLICA UNIFICADA AMAZÔNIA AGROECOLÓGICA: RECUPERAÇÃO E DEFESA DOS TERRITÓRIOS

Diante do contexto apresentado, é impossível não se perguntar como os recursos da Chamada Pública Amazônia Agroecológica e os projetos desenvolvidos incidiram sobre territórios tão afetados pela grande seca de 2023 e ameaçados por problemas e conflitos de diversas dimensões. Há muitos resultados a serem apresentados, mas é preciso ressaltar que, mais do que a execução pontual e sistemática de um projeto, os recursos da Chamada possibilitaram para muitas comunidades a retomada de ações de defesa dos territórios e o fortalecimento de seus modos de produção, suas organizações e redes de articulação, impactadas pela pandemia e pela fragilização da proteção socioambiental e territorial no Brasil, executada durante o governo Bolsonaro.

Nas visitas de monitoramento realizadas pelas equipes da FASE, Fundo Dema e integrantes do Comitê Gestor do Fundo Dema para acompanhamento dos projetos, assim como nas oficinas e outras atividades da Chamada Pública, alguns representantes das associações enfatizaram que, apesar dos atrasos, a chegada dos recursos deu novo ânimo às comunidades, permitindo a retomada de muitas atividades que estavam estagnadas. De fato, o sentido de maior coesão social teve muitos desdobramentos importantes para as comunidades conforme será descrito nesta seção.

## As atividades de apoio à Chamada e acompanhamento dos projetos.

Após a pandemia, em um grande esforço de acompanhamento da implementação e execução dos projetos, a FASE e o Fundo Dema realizaram diversas atividades junto às organizações e comunidades contempladas com os recursos.

### ***Visitas e consultorias de monitoramento dos projetos em execução, pelo Comitê Gestor, dinamizadores e equipe de apoio FASE/Fundo Dema***

De maio de 2022 a dezembro de 2023 foram realizadas um total de 46 visitas de monitoramento em todos os territórios, envolvendo ao todo 431 pessoas, sendo 256 mulheres (59%). As visitas de monitoramento tiveram como objetivo orientar os projetos na execução de atividades e recursos, verificar os indicadores de processo e resultados e repassar instruções quanto à gestão, monitoramento e prestação de contas às coordenações das associações comunitárias e famílias envolvidas. Vale ressaltar que em quase todas as visitas de monitoramento, a equipe foi acompanhada por integrantes do Comitê Gestor do Fundo Dema, fortalecendo sua governança e o acompanhamento regional dos projetos em sua execução.

### ***Dois encontros temáticos no I Encontro Paraense de Agroecologia***

O I Encontro Paraense de Agroecologia foi realizado em Santarém/PA, em março



de 2023. Na ocasião, as associações comunitárias e movimentos sociais participaram dos encontros temáticos realizados pelo Fundo Dema, onde foi feito o acompanhamento de dois grupos de projetos do Amazônia Agroecológica especificamente: Sistemas Agroflorestais (SAFs), com a participação de 36 pessoas, sendo 19 mulheres; e Criação de Abelhas (Apicultura e Meliponicultura), com a participação de 64 pessoas, sendo 28 mulheres.



*Encontro Temático de Sistemas Agroflorestais.*



*Encontro Temático Criação de Abelhas.*

#### **Quatro (4) oficinas de capacitação em acesso ao PNAE**

Foram realizadas 04 oficinas nas regiões Nordeste paraense (com comunidades quilombolas), na Transamazônica/Xingu (Altamira), no Baixo Amazonas (Santarém) e na região da BR-163 (Itaituba). Ao todo, as oficinas mobilizaram 87 pessoas, sendo 61 mulheres (70%). As oficinas sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tiveram como objetivo debater o direito humano à alimentação adequada e foram construídas estratégias regionais pelas associações comunitárias para ampliação de acesso ao programa e melhoria no relacionamento com as prefeituras.



*Oficina PNAE na BR 163*



*Oficina PNAE no Baixo Amazonas*



Oficina PNAE no Nordeste Paraense



Oficina PNAE na Transamazônica

#### **Quatro (4) oficinas de Sistematização dos resultados da CPU Amazônia Agroecológica**

Foram realizadas 4 oficinas de sistematização dos resultados dos projetos comunitários. A primeira em Belém, em fevereiro de 2024, e as demais (Baixo Amazonas, Nordeste Paraense/Quilombolas e BR-163 e Transamazônica Xingu) foram realizadas em março de 2024.

Além disso, o Fundo Dema também desenvolveu outras ferramentas para o acompanhamento mais sistemático dos projetos, como o Caderno de Registros, onde é possível as organizações tomarem nota das atividades realizadas e resultados obtidos pelos projetos e, dessa forma, obter mais controle sobre o que foi desenvolvido.





Os diversos resultados que as associações expuseram ao longo desses meses foram organizados de acordo com o sistema de indicadores do Fundo Dema que pauta suas linhas de apoio e a verificação dos resultados de projetos. São 5 dimensões que se entrecruzam nas ações desenvolvidas:

- 1. Economia dos povos da floresta;**
- 2. Conservação ambiental e sociobiodiversidade;**
- 3. Soberania e segurança alimentar e nutricional;**
- 4. Autonomia econômica e política das mulheres;**
- 5. Fortalecimento das organizações e suas redes.**

A partir da avaliação realizada pelo Fundo Dema com base em cada indicador, foram identificados diversos resultados quantitativos e qualitativos que mostram diversos desdobramentos importantes com a realização dos projetos.

## Resultados gerais dos projetos

Apesar das dificuldades que as comunidades camponesas, agroextrativistas, quilombolas e indígenas sofreram, até o final de 2023 foi possível realizar o pagamento de recursos aos 38 projetos homologados e contratados na ordem de R\$ 2.809.408,06.

Os projetos alcançaram 17 municípios do Pará (Acará, Alenquer, Almeirim, Altamira, Anapu, Belterra, Cametá, Gurupá, Oriximiná, Placas, Porto de Moz, Rurópolis, Santarém, Santa Luzia do Pará, Senador José Porfírio, Trairão e Uruará) e beneficiaram aproximadamente 11.709 pessoas (5.925 mulheres), 7.165 famílias em 239 comunidades. O alto número de pessoas consideradas beneficiadas explica-se pela abrangência de 3 projetos especificamente, que são desenvolvidos por associações que articulam e envolvem muitas comunidades e famílias: a Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Rio Iriri (AMORERI), região Transamazônica/Xingu, com 5.000 pessoas e 3.500 famílias; a Organização das Associações e Moradores da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (TAPAJOARA), com 3.500 pessoas e 3.500 famílias; e a Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande (FEAGLE), com 1.000 pessoas e 1.000 famílias, ambas da região do Baixo Amazonas. O restante dos projetos tem alcance médio de 100 pessoas beneficiadas diretamente.

Os 38 projetos apoiados realizaram a implantação de um total de 55 espaços de produção e convivência comunitária, entre galinheiros (17), tanques de piscicultura (15), hortas orgânicas (9), casas de farinha (7) e unidades de beneficiamento de frutas (7).

**Tabela 2 – Implantação de espaços de produção e convivência comunitária**

<b>Espaços</b>	<b>Números</b>
Casas de farinha	<b>7</b>
Hortas	<b>9</b>
Galinheiros	<b>17</b>
Usinas de beneficiamento de frutas	<b>7</b>
Tanques de piscicultura	<b>15</b>
<b>TOTAL</b>	<b>55</b>

**Fonte:** Banco de Dados do Fundo Dema, 2024.

Está em fase de desenvolvimento a implantação de 50 sistemas agroflorestais (SAFs), 73 quintais produtivos agroecológicos e 83 viveiros de mudas de árvores e a recuperação ambiental de 7 nascentes de água. Também está previsto o plantio em área definitiva de quase 160 mil mudas de árvores de espécies florestais nativas e de frutíferas. A área recuperada e manejada em SAFs e quintais produtivos alcança 26.060 hectares e a área específica de floresta diretamente manejada em decorrência dos projetos apoiados é de 8.023 hectares. Também está em andamento a formalização de 4 acordos comunitários de pesca com regras definidas pelas comunidades para manejo sustentável dos estoques pesqueiros (PAE Tapará/AMOTAM). Muitas das informações aqui apresentadas ainda são preliminares, haja vista o tempo necessário à produção dos resultados dos projetos, já que muitas atividades ainda estão em plena execução.

## **Dimensões dos indicadores do Fundo Dema: uma visão qualitativa dos resultados**

Durante o acompanhamento dos projetos, mais do que resultados quantitativos, foi possível perceber um conjunto de contribuições que o processo de implementação de um projeto tem na realidade das comunidades e territórios envolvidos. A mobilização social gerada e o aprofundamento das percepções sobre o atual estado de ameaças a serem enfrentadas são resultados importantíssimos dos projetos diante do cenário de mudanças climáticas e degradação do bioma e sua sociobiodiversidade.

Os conhecimentos e práticas agroecológicas desenvolvidas nos projetos tornaram possível um processo de fortalecimento das organizações e associações comunitárias e suas redes de articulação e defesa dos territórios. Por isso, a trajetória dos projetos, em si, já revela sua importância para as comunidades diante dos conflitos e



Fotos: FEAGLE/Arquivo Fundo Dema

impactos da conjuntura histórica e atual na região, desdobrando-se em muitas possibilidades de ação e pensamento. Sobretudo, a valorização de sistemas produtivos e do manejo da biodiversidade baseados em conhecimentos tradicionais e ancestrais indica caminhos de contraposição à intensificação agrícola e a exploração predatória da natureza.

## Por uma economia dos povos da floresta

*Nossa vida não é fácil, os projetos que a gente tem com a FASE e Fundo Dema têm ajudado nessa questão de busca de alternativas, de geração de renda, de preservação, de organização, tem melhorado a renda, vários tipos de renda de alternativas e mais ainda, são projetos que têm gerado uma compreensão muito maior no campo do enfrentamento do combate às ameaças como os agrotóxicos, e por outro lado, nós estamos fazendo uma proposta alternativa que é fazer com que a população absorva, compreenda e fale mais, absorva mais a questão da agroecologia, nos nossos territórios nós fazemos isso (Ivete Bastos, STTR/STM, entrevista realizada durante a Oficina de Sistematização Amazônia Agroecológica do Baixo Amazonas).*



## Economia dos povos da floresta

- Organizações comunitárias ampliaram o acesso das famílias ao PAA e PNAE;
- Incentivo à criação de cooperativas comunitárias;
- Valorização dos produtos da sociobiodiversidade;
- Aumento da renda das famílias nos territórios;
- Incentivo a redes alimentares alternativas de forma justa e solidária;

O campo da economia dos usos sustentáveis e práticas agroecológicas tem sido uma preocupação cada vez maior notada entre as organizações e associações que realizaram projetos por meio da CPU Amazônia Agroecológica. Essa dimensão passou a ser considerada estratégica para a defesa das florestas e territórios tradicionalmente ocupados, porém, os produtos da sociobiodiversidade ainda ocupam um pequeno espaço na economia formal e institucional, em razão de infraestruturas deficientes, problemas com a gestão administrativa e logística das produções e falta de apoio dos poderes públicos. Todos esses problemas vêm sendo também enfrentados por meio dos recursos da chamada pública, possibilitando a melhoria dos processos administrativos e financeiros das organizações.

Os projetos da CPU Amazônia Agroecológica apresentaram resultados importantes para superar as principais limitações na comercialização de produtos da agroecologia e estimular, com isso, uma maior adesão das comunidades aos projetos. Como desdobramento, esse resultado incentiva a permanência das pessoas nos territórios, já que a situação econômica é um dos principais fatores que levam à saída de comunitários em busca de melhores condições profissionais, financeiras e materiais. Nesse contexto, as organizações têm cada vez mais se ocupado em criar e estimular novos processos de comercialização que fortaleçam a autonomia dos agricultores e agricultoras, promovam a valorização dos produtos da sociobiodiversidade e das culturas alimentares locais, e incentivem redes alimentares alternativas de forma justa e solidária.

## **Projeto “Fortalecimento e consolidação da gestão da Rede de Cantinas e Miniúsinas da Terra do Meio”, região da Transamazônica/Xingu, Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Rio Iriri (AMORERI)**

O projeto tem como objetivo viabilizar e fortalecer a Rede de Cantinas e Miniúsinas da Terra do Meio e sua gestão. Ao todo, o projeto beneficia 18 comunidades nas RESEX Riozinho do Anfrísio, Rio Iriri e Rio Xingu. A Rede é formada, ao todo, por 14 cantinas e 4 miniúsinas distribuídas entre os territórios. As cantinas têm possibilitado às comunidades a organização socioprodutiva de produtos da sociobiodiversidade e, conseqüentemente, uma melhor comercialização, fator que sempre representou um grande desafio à valorização dos produtos das comunidades. De acordo com a AMORERI, a organização em uma Rede mais ampla permitiu uma escala de produção para negociar a maior parte da produção que anteriormente não tinha venda ou não obtinha bons preços com grandes compradores. A força política da coletividade da Rede permitiu que essas negociações com grandes compradores fossem benéfica para os produtores conseguindo bons contratos, em termos de preços e respeito à forma de produzir local. Os principais produtos comercializados são a Castanha-do-Pará, Copaíba, Borracha e Babaçu. Essa diversidade é pensada como forma de responder à sazonalidade das espécies.

As RESEX do Rio Iriri e Riozinho do Anfrísio compõem o Corredor Xingu de Diversidade Socioambiental que possui 28 milhões de hectares de extensão e compreende 21 Terras Indígenas e 9 Unidades de Conservação contíguas. Ao longo dos anos, as duas unidades de conservação sofrem com a extração ilegal de madeira, grilagem de terra e garimpos ilegais. Durante a pandemia de Covid-19, em razão do isolamento social e da suspensão de atividades produtivas, os comunitários das RESEX tiveram suas fontes de renda seriamente afetadas, o que provocou uma adesão significativa de moradores ao garimpo e à extração ilegal de madeira. Nesse contexto, o fortalecimento da Rede de Cantinas dos povos indígenas e tradicionais da Terra do Meio teve uma importante contribuição como fonte de recuperação econômica desses povos e conseqüente proteção de seus territórios.

Visando o fortalecimento da comercialização dos produtos da Rede, as associações comunitárias também têm participado de forma mais frequente de feiras locais e/ou municipais, além de se expandir também rumo aos mercados institucionais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que constituem uma possibilidade de ampliação do consumo das produções agroecológicas na sociedade de uma forma mais ampla, garantindo acesso a uma alimentação saudável e sem venenos à população.

Entre os principais resultados dos projetos está a ampliação do acesso aos mercados institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que possibilita um aumento do alcance socioeconômico da produção agroecológica. Nesse sentido, o Fundo Dema realizou 04 Oficinas sobre o PNAE nas regiões Nordeste paraense (Bragança, com comunidades quilombolas), Transamazônica/Xingu (Altamira), no Baixo Amazonas (Santarém) e na região da BR-163 (Itaituba). As oficinas dialogaram sobre o direito humano à alimentação adequada e a importância de promover e garantir comida de verdade nas escolas como forma de fortalecer a agricultura familiar camponesa. Foram construídas estratégias regionais pelas associações comunitárias para ampliação de acesso ao programa e melhoria no relacionamento com as prefeituras.

No geral, avalia-se que muitas associações ainda precisam avançar na melhoria da gestão, por conta dos ritos dos mercados institucionais quanto ao cumprimento da regularidade fiscal da organização e na entrega de produtos contratados. Em razão disso, a comercialização via mercado institucional vem sendo pensada de forma articulada a outras formas de venda, como as já tradicionais feiras com venda direta aos consumidores, mas também as feiras destinadas mais especificamente à comercialização da produção agroecológica, estimulando a construção de novos mercados e de circuitos curtos de comercialização. São estratégias para garantir a dinamização da produção de agricultoras e agricultores familiares.

### As feiras

Lideradas por mulheres, as feiras também têm sido ações realizadas pelas organizações com o objetivo de articular as experiências para cooperar e potencializar projetos comunitários agroecológicos por meio da comercialização de sua produção. São espaços muito ricos e representativos da diversidade socioproductiva das comunidades, pois vão além da relação de compra-e-venda, possibilitando a descoberta e a troca de sabores, experiências e conhecimentos. Fortalece a criação de laços entre os territórios, por isso as feiras também se constituem como ferramentas de intercâmbio inter-regional de sementes, mudas de espécies nativas (algumas ameaçadas de extinção como o mogno) e produtos livres de agrotóxicos. As trocas possibilitam o fortalecimento das relações comunitárias e são fundamentais para a formação de redes e articulações para o fortalecimento da produção agroecológica, potencializando a defesa dos territórios.



## ***I Feira da Agricultura Familiar do PAE Lago Grande, PAE Lago Grande, Santarém, Baixo Amazonas***

A I Feira da Agricultura Familiar do PAE Lago Grande foi realizada a partir do apoio da CPU Amazônia Agroecológica, idealizada por agricultores familiares das comunidades do PAE Lago Grande, e articulada por FEAGLE, FASE Amazônia, STTR de Santarém e Grupo Mãe Terra. A feira foi realizada na Vila do Curuai, em junho de 2023, e dispôs ao público uma diversidade de produtos agroecológicos e da cultura alimentar regional, incluindo frutas, mel, óleos, hortaliças, plantas medicinais e todos os derivados da mandioca, além de artefatos da cultura material da região.



*I Feira da Agricultura Familiar do PAE Lago Grande, PAE Lago Grande, Santarém, Baixo Amazonas, 03/jun/2023. Comercialização e trocas de produtos agroecológicos da cultura alimentar regional, como farinha, goma, tucupi, galinha caipira, frutas, plantas medicinais, artesanatos. Fonte - FEAGLE, 2023.*

Complementando ainda as formas de comercialização da produção agroecológica, os territórios também se dedicam ao fornecimento de produtos a mercearias e mercados locais, restaurantes e hotéis. Outra via também fortalecida tem sido as vendas efetivadas por aplicativos e redes sociais. Isso contribui com a autonomia das comunidades e a defesa dos territórios por meio da dinamização das economias locais e a valorização das culturas alimentares ancestrais.

# Contribuições dos projetos agroecológicos para a conservação ambiental e a sociobiodiversidade

## Conservação ambiental e sociobiodiversidade

- Garantia da manutenção da produção da sociobiodiversidade;
- Valorização dos produtos da sociobiodiversidade;
- Diversidade de sementes e mudas;
- Intensificação dos processos de troca de sementes e mudas entre as comunidades;
- Fortalecimento da agroecologia no desenvolvimento de atividades produtivas;
- Valorização dos conhecimentos tradicionais e dos sistemas de manejo e produção comunitários.



Projeto Criar para Empoderar / ACMJ

A relação entre os aspectos culturais e modos de produção da terra nos territórios tradicionalmente ocupados possibilita o desenvolvimento de formas de manejo de acordo com as condições ambientais de cada ecossistema. Os sistemas agrícolas tradicionais costumam ser de baixo impacto e estão associados a outras práticas como extrativismos diversos, pesca e o manejo de florestas, mostrando a relevância dos modos de vida de povos tradicionais e camponeses na conservação das florestas e na recuperação de áreas já degradadas. O conjunto de resultados dos projetos da CPU Amazônia Agroecológica nesse contexto é bastante expressivo, pois prevê a recuperação de um total de 26.060 hectares por meio de Sistemas Agroflorestais (SAFs) e quintais produtivos agroecológicos. As mudas e o processo de plantio vêm sendo desenvolvidos atualmente. A área específica de floresta diretamente manejada em decorrência dos projetos apoiados foi de 8.023 hectares.



## A importância dos povos originários e tradicionais para a conservação das florestas no contexto das mudanças climáticas

De acordo com a Global Forest Watch (Vigilância Florestal Global), as florestas representam hoje 30% da solução para regulação da temperatura global, porém, sua capacidade de absorver o carbono da atmosfera pode ser comprometida com o desmatamento para conversão em pastos, produção de commodities e urbanização. Diante desse quadro e dos riscos que ele representa, é necessário destacar a importância dos povos indígenas, comunidades quilombolas e camponeses que atuam na defesa das florestas para fazer frente à atual crise vivida na Amazônia.

No estudo “As florestas precisam das pessoas”, Oviedo e Doblas (2021; 2022) analisam as determinantes espaciais e temporais das trajetórias de uso do solo nos territórios tradicionalmente ocupados e zonas de amortecimento correspondentes em todos os biomas brasileiros (CUNHA; MAGALHÃES; ADAMS, 2021). Os autores demonstraram que as áreas com presença de Povos Indígenas e populações tradicionais, incluindo Terras Indígenas (TI), Territórios Quilombolas (TQ), Reservas Extrativistas (RESEX) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), são responsáveis pela proteção de aproximadamente 30,5% das florestas no Brasil. Se formos considerar outras categorias, como os assentamentos de reforma agrária, certamente essa contribuição será ainda maior. Na Amazônia, as TIs e Unidades de Conservação com ocupação tradicional apresentam os maiores índices de conservação da vegetação nativa e regeneração ambiental em comparação com o entorno, que mostram uma tendência da degradação e intensidade de manejo maior (OVIEDO; DOBLAS, 2022, p. 1).

Há, ainda, a previsão de recuperação de 7 nascentes em 7 municípios do Oeste do Pará (Trairão, Itaituba, Placas, Rurópolis, Santarém, Alenquer e Oriximiná, nas regiões BR-163, Transamazônica/Xingu e Baixo Amazonas), a serem realizadas pelo projeto “Consolidando a Agroecologia na Amazônia (Oeste do Pará)”, da Associação de Defesa dos Direitos Humanos e Meio Ambiente na Amazônia (ADHMA). Os 7 municípios onde serão recuperadas as nascentes sofrem com processos intensos de degradação de corpos hídricos tributários dos grandes rios da região, por conta de garimpos, da instalação de portos graneleiros e hidrelétricas, entre outros, que tornam ainda mais importantes ações dessa natureza.



Foto: ADHMA/Arquivo Fundo Dema

Projeto Consolidando a Agroecologia na Amazônia (Oeste do Pará) / ADHMA



## Sistemas Agroflorestais comunitários e os quintais produtivos agroecológicos no contexto da intensificação agrícola nos territórios

Atualmente, os Sistemas Agroflorestais estão presentes em um número significativo de projetos apoiados pela CPU Amazônia Agroecológica. Os SAFs comunitários são uma demonstração importante de como as comunidades mobilizam diversas práticas tradicionais de manejo e congregam novas tecnologias aprendidas ao longo do desenvolvimento dos projetos. No âmbito da chamada, estão sendo implantados ao todo 50 SAFs e 73 quintais produtivos agroecológicos, que garantem tanto a produção de alimentos quanto a recuperação de áreas degradadas e a proteção das florestas.

Os SAFs e quintais produtivos dos projetos comunitários têm grande relevância para a sociobiodiversidade dos territórios, uma vez que se constituem por meio da complementaridade nos manejos entre fauna e flora, silvestre e cultivado, alimentação e saúde, e entre conservação e produção. Os saberes sobre as formas de constituição de um sistema agroflorestal são resultado de um processo de aprofundamento sobre as diferentes espécies florestais e da biodiversidade, e seus usos. Representa, portanto, o completo oposto ao modelo empresarial padronizado de sistemas agrícolas, a exemplo das extensas monoculturas do agronegócio, que visam “controlar ou explorar o mundo animal e vegetal por meio de confinamentos, uso de insumos químicos, entre outras técnicas ‘modernas’ que aniquilam a diversidade da vida” (Lima; Oliveira; Shiratori, 2021, p. 21). O termo agrofloresta também é muito utilizado entre as organizações comunitárias como forma de diferenciar as concepções nativas de manejo das concepções empresariais.



Foto: Yuri Rodrigues

## Projeto “A nossa floresta é fonte de vida”, Comunidade Quilombola Jocojó, Gurupá, região Transamazônica e Xingu, Associação das Comunidades dos Remanescentes do Quilombo do Jocojó (ARQJO)

O projeto “A Nossa Floresta é Fonte de Vida” é desenvolvido pela a Associação das Comunidades dos Remanescentes do Quilombo do Jocojó (ARQJO), na Comunidade Quilombola de Jocojó, município de Gurupá, região Transamazônica/Xingu. Desenvolve uma série de ações voltadas à produção sustentável e à valorização cultural do quilombo de Jocojó. Os Sistemas Agroflorestais implementados no âmbito desse projeto visam à recuperação de áreas degradadas pela atividade madeireira às margens do rio Jocojó, a partir do manejo de diversas espécies florestais.

O Quilombo do Jocojó sofreu com grandes queimadas durante o ano de 2023. De acordo com dados da própria ARQJO, dentro da comunidade houve a perda de 60 hectares e, no território como um todo, 221 hectares de floresta foram atingidos. Os viveiros de mudas implantados e muitas áreas manejadas com SAFs dentro dos projetos foram perdidos para a seca, obrigando a ARQJO a um rearranjo em suas ações, sobretudo, considerando a instalação de sistemas de irrigação junto às áreas produtivas. A ARQJO também considera fazer o reflorestamento das áreas mais recentemente perdidas para a seca e vem mobilizando esforços através do projeto para realizar essa recuperação.

O projeto conseguiu realizar a construção de 6 casas de farinha que atendem ao todo 13 núcleos familiares da comunidade e consolidou a implantação de fornos ecológicos para a produção de farinha de mandioca. Os fornos são construídos para economizar o uso de madeira e diminuir o tempo de produção, melhorando as condições de trabalho e a qualidade do produto.



Fotos: ARQJO/Arquivo Fundo Dema



Os SAFs comunitários pautam-se na diversificação da produção das comunidades, potencializando o manejo de espécies florestais ameaçadas e fortalecendo a autonomia das comunidades envolvidas. Isso produz uma ruptura da dependência socioeconômica do mercado, que se assenta nos princípios de soberania territorial e alimentar dos povos que as agroflorestas/SAFs devem ensejar, com autonomia e controle sobre os processos produtivos, especialmente as sementes. Ao contrário da perspectiva do agronegócio, os relatos das experiências dos projetos demonstraram que os SAFs comunitários baseiam-se no princípio do autoconsumo, dentro da lógica camponesa que prioriza as necessidades das famílias, o que, em si, já revela uma grande diversidade de arranjos, pois envolvem espécies como açaí, mandioca, cacau, castanha-do-pará, taperebá, milho, arroz, feijão, abóbora, entre outras espécies agrícolas e florestais.

### **Projeto Articulação em Rede de Colaboração Solidária para Fortalecimento Socioprodutivo de Comunidades Quilombolas no Município do Acará, Amazônia Paraense. Acará, Baixo Tocantins, Associação Quilombola dos Moradores e Agricultores do São José Jacarequara (ARQMASJ).**

O projeto iniciou a implementação de Sistemas Socioprodutivos de Referência nas comunidades São José do Jacarequara, Trindade I e Trindade III, município do Acará, que serão realizados em uma área de cerca de 20 hectares e tem como objetivo fortalecer a produção da agricultura familiar das comunidades e evitar o desgaste das produções tradicionais, como mandioca, milho, macaxeira, maxixe, abóbora (jerimum), feijão; e de espécies frutíferas como manga, cupuaçu, pupunha, melancia, maracujá, taperebá, bacuri, castanha-do-pará e açaí. A proposta de trabalhar os Sistemas Socioprodutivos de Referência foi discutida coletivamente e segue as necessidades de desenvolvimento de novos mecanismos de produção que garantam a soberania e a segurança alimentar e nutricional das comunidades envolvidas a partir de suas produções tradicionais.

O município do Acará acumula uma série de impactos por conta da constante expansão da monocultura do dendê com grandes empresas instaladas na região,



Fotos: ARQMASJ/Arquivo Fundo Dema

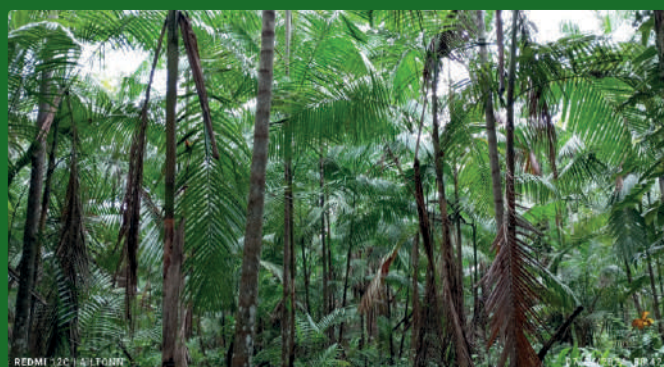


como a BBF – Brasil Biofuels e a Agropalma, que vem historicamente ocupando indevidamente terras tradicionalmente ocupadas por agricultores camponeses e povos quilombolas. O despejo de agrotóxico nas plantações de dendê tem causado a contaminação do solo e dos corpos hídricos do Acará e outros municípios daquela região. Com isso, áreas produtivas das comunidades quilombolas têm sido consecutivamente perdidas, prejudicando a produção de alimentos e a reprodução socioeconômica das famílias. Nesse contexto, o projeto é importante, pois fortalece o enfrentamento das comunidades para conter esse avanço, mantendo as famílias vinculadas ao território por meio de atividades produtivas e da garantia da segurança alimentar e nutricional das comunidades.

## **Projeto Ilê do Açaí: Sistema de Produção Sustentável e Integrado de SAFS, Farmácia Viva e Meliponários para o Empoderamento Socioeconômico e Alimentar dos Quilombos de Santa Quitéria e Itacoãzinho. Acará, região do Baixo Tocantins, Associação dos Moradores e Agricultores Remanescente de quilombo das comunidades Santa Quitéria e Itacoãzinho (AMARQUISI)**

O projeto Ilê do Açaí: Sistema de Produção Sustentável e Integrado de SAFS, Farmácia Viva e Meliponários para o Empoderamento Socioeconômico e Alimentar dos Quilombos de Santa Quitéria e Itacoãzinho, visa fortalecer a organização social e a soberania alimentar, através da disseminação de SAFs e do beneficiamento de polpa de açaí da região Guajarina. Interligam-se a estes eixos principais a implementação de uma “Farmácia Viva” e meliponários, mas estes últimos ainda são ações de menor escala. O projeto beneficiou até o presente momento 20 famílias e já produziu 3 mil mudas de açaí nativo, criadas a partir dos próprios açaizais da comunidade e com arranjos que contemplam diversas outras espécies florestais, que também atendem às próprias comunidades.

A perspectiva é que a produção possa atingir mais de 20 rasas no período da safra. A próxima ação prevista é a instalação de uma miniusina para beneficiamento do açaí, pois as comunidades do Acará, e Baixo Tocantins como um todo, ainda dependem muito dos atravessadores para realizar a comercialização do açaí.



Os SAFs desenvolvidos também tiveram como desdobramentos importantes apontados durante as atividades de acompanhamento dos projetos: o fortalecimento da agroecologia no desenvolvimento de atividades produtivas; a valorização dos conhecimentos tradicionais e dos sistemas de manejo e produção comunitários; a mudança de práticas de trabalho na terra, com a exclusão de técnicas que degradam; a garantia da soberania e segurança alimentar das comunidades; e a defesa de direitos territoriais.

Durante o Encontro Temático de SAFs, também no I Encontro Paraense de Agroecologia, as organizações defenderam que o uso das tecnologias de desenvolvimento de agroflorestas deve ser colocado em pauta como proposta de combate à fome na Amazônia e no Brasil, e também para fazer frente à crise climática e seus impactos enquanto proposta de conservação e uso sustentável das florestas. Nesse sentido, como desdobramento político dos projetos, os SAFs devem ser fortalecidos e transformados em uma política de governo que esteja de acordo com as diferenças regionais na Amazônia.

O fortalecimento dos SAFs enquanto política passa, também, pelo reconhecimento das guardiãs e guardiões da sociobiodiversidade e pela autonomia dos processos produtivos, sobretudo, no que diz respeito às sementes, já que o agronegócio também tem procurado se apropriar cada vez mais dessa diversidade, determinando o que deve ser plantado e padronizando os tipos de cultivo. Nesse sentido, a criação de casas de sementes nos territórios foi diversas vezes mencionada durante as atividades da chamada pública como uma das formas de garantir a manutenção de espécies da biodiversidade amazônica.

## **Agroecologia e a luta contra as falsas soluções “baseadas na natureza”**

Durante todo o acompanhamento dos projetos do AA, a defesa da agroecologia no combate às atividades predatórias seguiu com uma crítica enfática à visão da natureza como um negócio. Nesse sentido, as organizações políticas e movimentos sociais também têm se preocupado cada vez mais em enfrentar as “novas” concepções que justificam a persistência de modelos coloniais, contrapondo-se frontalmente aos grandes interesses econômicos que disputam a exploração da Amazônia. Isso inclui não só o clássico desenvolvimentismo, mas as mais recentes abordagens ligadas à chamada “economia verde” e à bioeconomia. De acordo com Nunes (2022), a bioeconomia emerge como um modelo que agrega os binômios desenvolvimento e conservação e vem sendo mundialmente mobilizado como a grande alternativa política para a manutenção do bioma Amazônia. Nesse contexto, as políticas climáticas orientam-se por soluções econômicas como o mercado de carbono e outros mecanismos de compensação por emissões de gases de efeito estufa.

Por conta disso, a crítica à visão da natureza como um negócio esteve presente entre as principais questões pontuadas pelos projetos, sobretudo porque a bioeconomia é compreendida pelas organizações e movimentos sociais como uma concep-

ção apropriada pelo mercado como uma nova estratégia empresarial e um modelo de conservação competitiva, que apresenta uma falsa solução “baseada na natureza”.

De acordo com o grupo Carta de Belém (2011), as Convenções de debate sobre o clima têm dado muita centralidade às propostas corporativas e soluções de mercado, que ocupam o lugar de ação que deveria ser de Estados nacionais e governos, atrasando, com isso, a implementação de medidas efetivas de redução entre os principais emissores do mundo, os países mais ricos, o que de fato é o mais urgente em se tratando do atual estágio da emergência climática no mundo (Carta de Belém, 2011).

Maria Emília Pacheco, do Grupo Nacional de Assessoria da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e do Núcleo Executivo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), constituiu uma análise de conjuntura durante o I Encontro Paraense de Agroecologia, chamando a atenção para os novos processos de cercamento em curso na Amazônia, que, de acordo com ela, são o ponto central das atuais propostas da bioeconomia, sobretudo com evidência ao mercado de carbono. Segundo Maria Emília, existe uma predominância da atuação de grandes empresas e corporações privadas na negociação de créditos de carbono sem qualquer tipo de regulação imposta pelo Estado, ou seja, sem regras que evitem que os povos e comunidades sejam lesados em trocas desiguais. Trata-se de um processo de mercantilização dos bens comuns e da natureza, nas palavras da professora, que consiste no engessamento de práticas tradicionais em benefício de um mercado único, que transforma sistemas agroecológicos complexos em meros produtos e invisibiliza os conhecimentos tradicionais e eles associados.

Isso foi enfatizado na Carta Compromisso do encontro:

*A violência contra a qual lutamos desde sempre, recrudescer nos últimos anos, presente nos novos cercamentos que não diferem daquele que emergiu no advento do capitalismo e continua a nos violentar ainda hoje, embora assumindo novas formas. Velhas ameaças recebem novas roupagens: os mesmos interesses empresariais de sempre são apresentados sob jargões publicitários como bioeconomia e economia verde. A floresta não representa somente oportunidades no mercado de carbono. Sua perda, notabilizada no debate público, consiste também na perda de uma das bases que sustentam sistemas produtivos tradicionais na Amazônia (Carta Compromisso do I Encontro Paraense de Agroecologia, Santarém, mar/2023).*

A comunidade Morada Nova do Jarí, localizada em Almeirim, Baixo Amazonas, mostra o nível de enfrentamento vivenciado em diversas comunidades e territórios hoje na Amazônia contra as ofensivas dos negócios de carbono. Segundo o Observatório De Olho nos Ruralistas, a comunidade faz parte de um imenso território comprovadamente grilado da empresa Jari Celulose no município da Almeirim. Hoje, as terras griladas pertencem ao Projeto Jari/Pará de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD), parceria entre a Jari Celulose e a Biofílica Ambipar Environmental Investments, especializada em iniciativas de comercializa-



ção dos créditos de carbono. Inicialmente, o projeto contemplava o total da área da Jari Celulose, mas, após contestações na justiça, atualmente, a área do Jari/Pará é de 496 mil hectares e abrange 58 comunidades que vivem da agricultura camponesa naquela região. Conseguiu adesão entre muitas comunidades com a promessa de um pagamento no valor de 5 mil reais para as famílias envolvidas para a manutenção da vegetação preservada para geração de créditos de carbono. Contudo, as empresas estabeleceram uma restrição de uso das famílias a apenas 20% das terras dos lotes. Tradicionalmente, as comunidades dessa região cultivam açaí, castanha-do-pará e plantam roças de mandioca, milho, entre outras produções voltadas à alimentação, e foram diretamente impactadas pelo projeto.

A Comunidade Morada Nova, com cerca de 30 famílias, tornou-se um foco de resistência, denunciando o projeto e lutando pela manutenção da produção tradicional das comunidades. O projeto “Consolidação com práticas sustentáveis gerando renda e bem estar na comunidade” compõe esse campo de resistência e dá ênfase à produção agroecológica como forma de conservação das florestas por meio de práticas tradicionais e não aceitando as imposições empresariais quanto ao uso dos territórios.

Comunidades Quilombolas do Baixo Tocantins também têm sofrido com o assédio das empresas que mobilizam novas estratégias para apropriação de terras públicas e áreas de ocupação tradicional. São situações que se apresentam como novas ameaças, mas as organizações comunitárias reconhecem as inconsistências dos modelos apresentados como alternativa à destruição das florestas, denunciando que, nesse momento, assim como tem ocorrido ao longo das décadas, as populações da Amazônia têm sido excluídas de processos decisórios e da construção de estratégias concretas de defesa do bioma e de combate à emergência climática. É um lugar reivindicado, que mostra sua importância por meio de práticas sistematizadas de conservação e produção de alimentos, e apresenta-se como uma forma de governança socioambiental e territorial coletiva e oposta ao atual modelo privatizador e predatório.

## Soberania e segurança alimentar e nutricional

Nos projetos apoiados pelo Fundo Dema fortalecem o acesso às políticas de distribuição de renda e de fornecimento de alimentos saudáveis, como o PAA e o PNAE, que são instrumentos conquistados pela agricultura familiar no Brasil e que demorou muito para ser acessado, mas projetos como os apoiados pelo Fundo Dema, vêm fortalecer a capacidade de gestão das organizações comunitárias, das comunidades, das pessoas, das lideranças e isso permite acessar outros recursos que exigem para fazer a gestão de acesso a mercados, da relação com outras exigências também, e aí no caso o PAA e o PNAE e alguns estados, também têm instrumentos estaduais (Luciene Figueiredo, Rede de Fundos Comunitários da Amazônia, durante o Seminário Nacional Amazônia Agroecológica, Belém, abr/2024).

Os benefícios diretos da associação entre os diversos sistemas produtivos desenvolvidos a partir dos projetos começam pela garantia da segurança alimentar e nutricional das comunidades, com uma variedade de produções que são direcionadas para a comercialização mas, sobretudo, para o autoconsumo das comunidades. Nesse sentido, a importância da agroecologia para a valorização da floresta viva tem também como base fundamental a alimentação saudável e livre de venenos.

As ações dos projetos que têm efeito direto na segurança alimentar e nutricional das comunidades abrangem o plantio e reflorestamento, com base na diversificação das espécies; a recuperação de áreas degradadas por meio de SAFs; a produção e plantação de mudas de espécies da biodiversidade amazônica; o desenvolvimento de viveiros de mudas frutíferas e florestais e quintais produtivos; o abandono dos agrotóxicos; e o desenvolvimento de defensivos e adubação naturais.



Foto: ACOMCOSMI



## Soberania e segurança alimentar e nutricional

- Melhoria do padrão alimentar e de consumo das famílias nos territórios;
- Garantia da manutenção da produção da sociobiodiversidade;
- Aumento da diversidade produtiva;
- Valorização das culturas alimentares locais;
- Fortalecimento comunitário;
- Incentivo a redes alimentares alternativas de forma justa e solidária

A segurança alimentar e nutricional das comunidades foi bastante afetada durante a seca de 2023. Nesse contexto, mesmo sofrendo várias perdas, os projetos ainda conseguiram fortalecer a produção local e potencializar as diversas cadeias produtivas da sociobiodiversidade. A garantia da segurança alimentar e nutricional é um dos principais motivadores dos processos de defesa dos territórios, pois incentivam a permanência dos povos em suas comunidades. Com esse propósito, a valorização da agricultura familiar cria formas de evitar o processo de evasão da juventude e estimular o retorno de muitas famílias às comunidades.

### **Projeto “Semeando agroecologia e fortalecendo os territórios com nossas resistências”, região do Baixo Amazonas, Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande (FEAGLE)**

Na região do Baixo Amazonas há um movimento consistente de ações desenvolvidas por comunidades tradicionais e camponesas e suas organizações que, juntas, fortalecem um sistema de proteção dos territórios e florestas. No município de Santarém, a Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande (FEAGLE) desempenha um papel importante como instrumento de unidade entre as 155 comunidades do PAE Lago Grande. Está sob a direção de mulheres que ajudam a impulsionar as lutas em diversos territórios.

Na chamada pública Amazônia Agroecológica, a FEAGLE coordena o projeto “Semeando agroecologia e fortalecendo os territórios com nossas resistências”, que tem como objetivo produzir e reflorestar em áreas degradadas e produzir alimentos a partir de práticas agroecológicas. Ao todo, o projeto abrange 6 comunidades que desenvolvem iniciativas agroecológicas, como sistemas agroflorestais, quintais produtivos, hortas agroecológicas, criação de pequenos animais, viveiros de produção de mudas, e visa dar apoio aos circuitos de comercialização das produções comunitárias. As atividades visam a garantia da segurança alimentar e nutricional e o



fortalecimento de movimentos da Juventude e Mulheres para resistência dentro do PAE. De acordo com a presidenta da FEAGLE, Rosenilce dos Santos Vítor, atualmente, a produção do projeto já consegue atender a mais comunidades além daquelas diretamente beneficiadas.

De acordo com a FEAGLE, todas as iniciativas buscam valorizar os recursos locais disponíveis na própria unidade produtiva familiar, como esterco, sementes, restos de plantas, galhos, raízes e palhas, e estimular a diversificação produtiva, o uso sustentável do solo, a segurança alimentar e a conservação das florestas.

O PAE Lago Grande é um Assentamento Agroextrativista de 250 mil hectares que compreende 155 comunidades. Embora o território do PAE seja reconhecido, o processo de regularização fundiária com a concessão de títulos coletivos ainda não foi concluído, o que tem facilitado as invasões e a retirada ilegal de recursos. Trata-se de uma região sensivelmente ameaçada, pois há interesses de grandes setores econômicos sobre as terras da gleba. A soja coloca-se como uma das maiores ameaças, visto que se dominou a região do planalto santareno e passou a se expandir em busca de novas áreas. Também a mineração, sobretudo, na figura da ALCOA Alumina do Brasil, que já opera uma mina de bauxita no PAE Juruti Velho, nas proximidades do assentamento, busca expandir suas operações para o Lago Grande e, para isso, tem-se utilizado de diversas formas de assédio para obtenção de áreas de forma irregular. Além disso, a extração ilegal de madeira tem se intensificado bastante nos últimos anos, passando a invadir terras no Alto Lago Grande.



Fotos: FEAGLE/Arquivo Fundo Dema

## Projeto “Consolidação Pró-açai: manejo sustentável do açaí nativo (euterpe oleracea), como forma de fortalecimento da economia e da segurança alimentar na aldeia Tukamã da etnia Xipaya, município de Altamira”, região da Transamazônica/Xingu, Associação Indígena Pyjahyry Xipaia (AIPHX)

Os povos indígenas também acessaram os recursos da CPU Amazônia Agroecológica. É o caso da Associação Indígena Pyjahyry Xipaia (AIPHX), organização representativa da Aldeia Tukamã, Terra Indígena Xipaya localizada na margem esquerda do Rio Iriri (município de Altamira), que, desde 2015, vem realizando um trabalho de fortalecimento da economia e da segurança alimentar da aldeia através do manejo sustentável do açaí nativo. Os recursos da chamada pública consolidaram essas iniciativas.

De acordo com a AIPHX, o projeto tem estimulado a revalorização das práticas agrícolas e extrativistas tradicionais, que haviam sido abandonadas em razão da substituição da alimentação tradicional pela industrializada, consequência do programa de “compensação” ambiental da usina hidrelétrica (UHE) de Belo Monte. Segundo os Xipaya, esse processo gerou muitas doenças crônicas como a diabetes, hipertensão e obesidade. Nesse sentido, segundo as palavras da AIPHX, o manejo sustentável dos açaizais nativos é fundamental para a soberania alimentar, a conservação das florestas e a geração de renda da comunidade Xipaya da Aldeia Tukamã. Entre os objetivos do projeto está a inclusão da produção alimentar da aldeia no PAA e no PNAE, contando com o açaí, mas também outras espécies frutíferas, castanhas, legumes e ervas.

A TI Xipaya sofre com ameaças diretas ao seu território com o aumento do desmatamento e o crescimento dos garimpos ilegais. Áreas vizinhas como a Floresta Nacional (FLONA) de Altamira e a Reserva Extrativista (RESEX) do Riozinho do Anfrísio também vem passando por um forte avanço da atividade garimpeira e madeireira nos últimos anos. De acordo com a Rede Xingu+, a atuação garimpeira que se prolifera hoje na Amazônia, sobretudo nas Terras Indígenas, tem características industriais e é responsável pela destruição de vastas áreas, com uso de maquinários enormes e toda uma infraestrutura de estradas e pistas de pouso clandestinas.



Fotos: AIPHX/Arquivo Fundo Dema



A diversificação da produção possibilita às comunidades a percepção sobre a importância cada vez maior da autonomia sobre sua forma de produzir e consumir alimentos. Por isso, muitos projetos também levaram à melhoria das práticas e formas de manejo das comunidades, o que, por sua vez, também levou a um aumento da circulação de alimentos tradicionais e a maior valorização e comercialização de produtos regionais.

### **Projeto “Semeando agroecologia e construindo territórios sustentáveis com alimentos saudáveis”, PAE Lago Grande, Santarém, Baixo Amazonas, Associação de Moradores e Trabalhadores Agroextrativistas da Comunidade de Cabeceira do Ouro (AMPROCOL)**

O projeto atende a 30 famílias e tem desenvolvido ações de capacitação de práticas agroecológicas e manejo do solo para jovens, mulheres e idosos da comunidade Cabeceira do Ouro, também no PAE Lago Grande. Desenvolve de forma coletiva a produção de alimentos por meio da implementação de plantios para sistemas diversificados de produção (Sistemas Agroflorestais e quintais agroecológicos), além da formação de um viveiro e produção de mudas de plantas nativas, entre elas a castanheira, e a formação de canteiros de hortaliças para a implementação de um cardápio saudável baseado na cultura alimentar tradicional como forma de garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias envolvidas. Atualmente, está em andamento o cultivo de 6 mil mudas de árvores frutíferas e de essências florestais da Amazônia para enriquecimento de SAFs e recuperação de áreas degradadas.

O projeto atende também comunidades do entorno que hoje buscam no projeto mudas de plantas para diversificarem suas unidades produtivas e o reflorestamento de suas áreas, além da construção de novos canteiros de hortaliças. Outro aspecto contemplado pelo projeto no processo de produção de alimentos é a criação de pequenos animais, como galinhas caipiras.

O projeto contribui com a disseminação da agroecologia por meio das ações coletivas e dos processos formativos como uma proposta de desenvolvimento baseado nos conhecimentos e experiências dos agricultores e agricultoras, a fim de melhorar a resiliência e a sustentabilidade dos sistemas agroalimentares. A AMPROCOL ainda destina excedentes produtivos às feiras agroecológicas realizadas em parceria com outras organizações e associações do PAE Lago Grande.

Fotos: Yuri Rodrigues/Arquivo FASE





As organizações comunitárias destacaram a necessidade de ações de ampliação do consumo das produções agroecológicas na sociedade de uma forma mais geral, também como forma de valorizar a floresta viva e garantir o acesso mais democrático da população a alimentos de bases nutricionais importantes e livres de venenos e agrotóxicos. Nesse sentido, destacou-se que o uso das tecnologias agroecológicas deve ser colocado de forma relevante como proposta de combate à fome na Amazônia e no Brasil com qualidade nutricional e contra a padronização da alimentação pelo agronegócio e a indústria alimentícia. Enquanto proposta de conservação e uso sustentável das florestas para fazer frente à crise climática e seus impactos, a agroecologia é parte estruturante de um projeto de sociedade com respeito aos conhecimentos tradicionais e garantia de direitos territoriais e das bases necessárias ao bem-viver dos povos da Amazônia.

## O papel das mulheres na conservação da sociobiodiversidade e defesa dos territórios

### Autonomia econômica e política das mulheres

- Protagonismo das mulheres nas organizações e à frente dos projetos;
- Fortalecimento das organizações e de grupos de mulheres nos territórios;
- Desenvolvimento de ações de comercialização, como as feiras, que estimulam a autonomia financeira e a parceria entre as mulheres.

O papel do projeto ele tá conseguindo empoderar as mulheres, ele tem conseguido qualificar um pouco mais o nosso debate, ele tem conseguido conscientizar-nos da nossa importância como mulheres, como protagonistas dos nossos territórios e do nosso bem-viver. O projeto proporciona de nos enxergar, de nos ver no nosso lugar, nos enxergar desse pertencimento de território e de buscar aquele direito que a gente tem, do nosso direito à terra, à floresta, nosso direito à biodiversidade (Ivete Bastos, STTR/STM).

Nos projetos apoiados pela Chamada Amazônia Agroecológica é notório o grande envolvimento de mulheres em todas as regiões, seja em cargos de coordenação de organizações e associações comunitárias, seja executando tarefas e atividades, ou mesmo participando como beneficiárias. A educadora do Fundo Dema Beatriz Luz destacou que esse protagonismo não é um dado natural e, sim, o resultado social das desigualdades e violências que as mulheres vivenciam e da necessidade premente de se manterem agrupadas, ajuntadas e organizadas.

Essa é uma condição de vida. As associações e coletivos são também um espaço de socialização, onde os limites do isolamento do ambiente privado doméstico são ultrapassados. A espontaneidade guiada por sentidos de justiça passa também pela formação social a qual são construídas e onde constroem suas resistências (Beatriz Luz, educadora do Fundo Dema, abr/2024).

No contexto dos territórios com projetos apoiados, a atuação política das mulheres se constitui a partir do entrelaçamento de ações de conservação da natureza, atividades produtivas, fortalecimento econômico e luta por direitos territoriais. O complexo fazer político feminino nos territórios amazônicos funda-se no ato de cuidar da terra, garantir o bem-estar das comunidades e fortalecer a coesão social por meio de uma perspectiva coletiva.

É importante destacar como isso se reflete no próprio perfil dos projetos apoiados pelo Amazônia Agroecológica. Normalmente, as coordenadoras ou gestoras dos projetos integram também outras organizações, sindicatos e associações, como presidentas, vice-presidentas, entre outros cargos de liderança. Dona Ivete Bastos relatou durante a Oficina do Baixo Amazonas que essa predominância feminina nas organizações e no envolvimento com os projetos atualmente deve-se ao momento de crise vivido, cenário no qual as mulheres assumem o cuidado com a vida de uma forma geral. Isso se engendra na própria atuação política no sentido de reconhecimento da importância na manutenção das instituições de representatividade das comunidades e povos. É contínuo, nesse sentido, o esforço de recuperação que as mulheres vêm realizando em suas organizações, sindicatos e associações frente a todos os grandes interesses econômicos que hoje desafiam os territórios amazônicos.

Há também organizações específicas de mulheres que desenvolvem 05 projetos do total de 38, com ações voltadas especificamente ao fortalecimento da autonomia política e econômica das mulheres de suas comunidades e municípios, rompendo com os laços históricos de violência do patriarcado. No contexto mais amplo, há muitas organizações e associações executoras de projetos que contam com mulheres em cargos de coordenação e gestão: Baixo Amazonas (19), Nordeste Paraense/Quilombolas (4) e BR-163 e Transamazônica Xingu (4). Logo, dos 38 projetos, 27 contam com coordenações ou gestões de mulheres.

### Projetos executados por organizações específicas de mulheres

Projetos	Organização	Município
Alimentação Sadia, Vida Saudável e Cuidado com o Meio Ambiente II.	Associação Clube de Mães Unidas de Placas (ACMUP)	Placas
Fortalecimento da Fruticultura Agroecológica no Município de Uruará.	Movimento de Mulheres de Uruará Campo e Cidade (MMUCC)	Uruará
Mulheres Empoderadas na Resistência, na Defesa do Território, com Agroecologia e sem Violência.	Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Município de Belterra (AMABELA)	Belterra
Mulheres trabalhadoras rurais, empoderadas na luta pela agroecologia e a segurança alimentar e nutricional.	Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do município de Santarém (AMTR)	Santarém
Mulheres e Agroecologia: ampliando laços e espaços.	Associação das Mulheres do Município de Rurópolis (AMMR)	Rurópolis

## Projeto “Mulheres trabalhadoras rurais, empoderadas na luta pela agroecologia e a segurança alimentar e nutricional”, Santarém, Baixo Amazonas, Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do município de Santarém (AMTR)

A AMTR é uma organização de importante atuação no Baixo Amazonas, possui ampla representatividade e participa da vida política de diferentes territórios da região. Como membro do Comitê Gestor do Fundo Dema, teve papel ativo no acompanhamento dos projetos desenvolvidos em diversas áreas e no fortalecimento das mulheres, de seus laços de amizade e luta. O próprio projeto apoiado pela CPU Amazônia Agroecológica é um reflexo da forma de atuação da AMTR, pois a implementação dos projetos agroecológicos, como hortas comunitárias e criação de pequenos animais, visam justamente fortalecer 7 polos de mulheres em diferentes territórios de Santarém: Ituqui, Arapixuna, Arapiuns, Tapajós, Várzea, Curuá-Una e Eixo Forte.

O projeto estimula a mobilização política dessas mulheres por meio da produção e da comercialização dos produtos das comunidades envolvidas, assim como desenvolve ações de formação e acompanhamento técnico, que tem o intuito de fortalecer a produção agroecológica feita por mulheres.

Em fevereiro de 2024, a AMTR participou do Intercâmbio de Mulheres Trabalhadoras Rurais, realizado no município de Placas-PA, que contou, ainda, com a Associação Clube de Mães Unidas de Placas (CMUP), Associação Comunitária São Miguel (ACOMCOSMI) e o Movimento de Mulheres do Uruará Campo e Cidade (MMUCC). O intercâmbio recebeu a participação de 5 projetos apoiados pela CPU Amazônia Agroecológica. Este foi um dos principais resultados observados entre projetos, pois mostra a organização espontânea de diferentes grupos de mulheres das regiões do Baixo Amazonas e Transamazônica-Xingu. A AMTR tem discutido muito enquanto organização, junto às suas beneficiárias e parceiras, sobre a importância da agroecologia na vida das mulheres e para os territórios como um todo.



Foto: AMTR/Arquivo Fundo Dema



Marta Campos, coordenadora da AMTR e integrante do Comitê Gestor do Fundo Dema, destacou durante o intercâmbio de projetos da região do Baixo Amazonas, realizado no território de Dourado, PAE Lago Grande, em março de 2024, sobre a importância de opor-se ao agronegócio em todos os aspectos e que o fortalecimento da produção agroecológica das comunidades que são beneficiadas é um dos dados a serem considerados, mas há todo um padrão alimentar imposto à sociedade que precisa ser combatido. Por isso, ela reafirma a importância de valorizar essa produção durante as mobilizações coletivas realizadas, reuniões, intercâmbios e nos espaços de comercialização como as feiras. Houve também o estímulo para que intercâmbios e outras ações coletivas estejam mais presentes nos territórios, deslocando-se dos núcleos urbanos, para que seja sentida a diversidade produtiva e as experiências que as comunidades apresentam como possibilidade para a sociedade no que diz respeito à conservação do meio ambiente e à produção de alimentos livres de veneno.

As organizações das mulheres compreendem que fortalecer a perspectiva feminina nos territórios é desenvolver processos de autonomia por meio de uma ruptura com a dependência socioeconômica do mercado assentada nos princípios de soberania territorial e alimentar dos povos. Para as mulheres, a autonomia enseja também uma superação das situações de violência doméstica e, nesse sentido, romper com a dependência dos homens na vida familiar é um resultado bastante significativo nesse contexto. A violência nos ambientes institucionais e políticos também atinge muitas mulheres, que, diversas vezes, são obrigadas a se retirarem de cenários de luta em nome da própria sobrevivência e de sua família. No entanto, a experiência com as mulheres mostra um sentido de solidariedade que fala cada vez mais alto contra as violências sofridas e ressalta a importância de estar juntas para estarem fortalecidas.

## **Mulheres: guardiãs das sementes**

*“Nós somos a terra e a terra somos nós” (Dona Maria Odila Godinho, Comunidade do Anã, RESEX Tapajós-Arapiuns).*

Manter a cultura das sementes é garantir a história de cada povo. As falas das mulheres ouvidas em horas de relatos sobre as suas experiências de vida nos territórios revelam como a sua preocupação com a vida vem desde as sementes. Durante a grande seca de 2023, uma parte dos esforços das mulheres diante daquele quadro foi dedicada às sementes, em um trabalho sistemático de observação sobre o que foi afetado, o que morreu e o que seguiu vivo, que resultou no desenvolvimento de um delicado processo de resgate, colheita e multiplicação de sementes de espécies florestais, sobretudo, as que se mostraram mais vulneráveis a longos períodos de estiagem. Nesse sentido, as mulheres posicionam-se como verdadeiras guardiãs de sementes e, portanto, como possibilidade de manutenção da biodiversidade amazônica e da resiliência das florestas.

A recuperação dos territórios vem sendo conduzidos por essas guardiãs que, ao traçarem seus caminhos e observações, realizam trocas com as vizinhas da comunidade e com mulheres de outras comunidades, territórios e regiões, formando verdadeiras redes de multiplicação de sementes e de mudas. Dona Edilena Oliveira (FEA-

GLE) diz que, mesmo diante do ambiente adverso produzido pela seca na Amazônia, as mulheres continuaram plantando, buscando sementes e trocando em todos os encontros possíveis, incluindo as atividades coletivas dos projetos como oficinas e intercâmbios.

O trabalho das mulheres com a semente elabora-se como uma tecnologia socioambiental que culmina nesse processo de troca de sementes e mudas de espécies florestais e agrícolas entre as comunidades que, certamente, é um dos acontecimentos mais importantes relatados entre os projetos apoiados pela CPU Amazônia Agroecológica. Esses espaços de troca foram intensamente vivenciados, fortalecendo a diversidade produtiva das comunidades e gerando alternativas de renda a partir de conhecimentos culturais e modos de vida tradicionais. Os cuidados das mulheres com a terra e as águas, de proteger as florestas, cultivar plantas, coletar sementes e trocá-las é tecer as redes de resistência dos territórios, é o fazer que sustenta a vida e se elabora para combater a exploração predatória dos territórios e garantir justiça socioambiental e climática para os povos da Amazônia.

## Fortalecimento das organizações e suas redes

Durante o acompanhamento dos projetos foi notório o destaque dado sobre a importância das iniciativas para o fortalecimento das organizações e associações comunitárias em todas as regiões. Segundo, na Oficina de Sistematização do Baixo Amazonas, realizada de 04 a 07 de março, em Santarém, os recursos do Amazônia Agroecológica entraram na vida das comunidades a partir de um contexto muito difícil de vulnerabilidade e, por isso, levaram ânimo para a retomada das frentes de resistência contra as investidas em seus territórios. E, como já relatamos ao longo da revista, os projetos também foram estratégicos para o fortalecimento das comunidades mediante as mudanças climáticas.

As exposições dos projetos mostraram que há alguns pilares fundamentais ligados ao processo de fortalecimento das organizações e comunidades que consistem na manutenção de processos produtivos e formas de manejo tradicionais, na valorização econômica e social da produção agroecológica e na garantia de direitos territoriais de povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais e camponesas. Por isso, os projetos desenvolvidos possuem total conexão com a atuação política das comunidades pela defesa dos territórios, mobilizando os campos dos direitos territoriais e a discussão sobre o meio ambiente e a emergência climática.

### Fortalecimento das organizações e suas redes

- Fortalecimento das organizações comunitárias e suas lideranças;
- Fortalecimento das capacidades das associações em elaboração, gestão, registro e monitoramento de projetos;
- Fortalecimento do Comitê Gestor: planejamento estratégico e política de monitoramento;

- Constituição e fortalecimento de redes de articulação de agroecologia em pautas comuns entre as regiões de abrangência do Fundo Dema no Pará;
- Fortalecimento das mulheres e juventude dos territórios;
- Articulação e estruturação da Rede de Fundos Comunitários como ator político na Amazônia.

O fortalecimento das organizações foi um processo engendrado durante toda a execução dos projetos. A realização de mutirões de trabalho coletivo, reuniões e oficinas, intercâmbios, bem como outras atividades referentes aos projetos, foram momentos de fortalecimento da coesão social das comunidades. O exercício de atividades produtivas entre as comunidades é realizado de forma conectada à luta por direitos territoriais e demonstra o posicionamento das organizações em face de antagonistas e situações de adversidade e conflitos. São formas, também, de reforçar politicamente as diversas redes de solidariedade diante dos avanços sofridos historicamente pelos territórios tradicionalmente ocupados.

O andamento e a concretização de ações previstas produziram um reconhecimento da credibilidade das associações comunitárias e outras organizações, a exemplo do próprio Fundo Dema e FASE, que adquiriram a confiança dos beneficiários dos projetos que se expandiu às pessoas e famílias que não estavam diretamente envolvidos com os projetos, mas que ao longo da execução se aproximaram. A partir do momento em que muitos comunitários atestaram a seriedade dos projetos, houve um maior envolvimento das pessoas com a doação de materiais e mão de obra, assim como a participação em reuniões, mutirões e outros trabalhos coletivos. Nesse contexto, os membros do Comitê Gestor do Fundo Dema desempenharam um papel fundamental no assessoramento e acompanhamento dos projetos em cada região.

A credibilidade das associações representativas também produziu um efeito positivo na valorização da agricultura familiar por meio de um trabalho mais sistemático de comercialização criativa da produção agroecológica, que resultou em uma extensão dos trabalhos realizados e a uma ampliação dos efeitos dos projetos para além dos territórios em que foram propriamente desenvolvidos.

Dona Maria Odila Godinho, moradora da comunidade Anã, na Resex Tapajós Arapiuns, destacou a importância dos intercâmbios entre os territórios como forma de troca e circulação de saberes, conhecimentos e práticas das iniciativas comunitárias executadas, elogiando o estímulo do Fundo Dema a essa forma de encontro. No intercâmbio, cada organização tem o seu espaço de partilha e debate em relação aos resultados alcançados e os desafios das organizações em se manterem de pé. De acordo com Beatriz Luz, o intercâmbio é uma proposta político-pedagógica insubstituível, pois nele afirmamos que é na ação dialógica que se funda o conhecimento voltado à transformação das realidades. Nesse sentido, os intercâmbios ofereceram contribuições importantes a cada projeto e todas as organizações comungaram do sentimento de não estarem sozinhas diante das dificuldades.

Compreendendo a importância dos intercâmbios, as próprias organizações começaram a conceber esses encontros de forma autônoma, a exemplo do já mencionado Intercâmbio de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que reuniu 5 projetos apoiados pela



CPU Amazônia Agroecológica das regiões do Baixo Amazonas e Transamazônica/Xingu, para dialogar sobre as experiências de cada organização e debater questões como a defesa dos territórios e a produção agroecológica a partir das experiências de manejo e beneficiamento de produtos florestais, a recuperação de áreas degradadas e a comercialização dos produtos agroextrativistas. Os intercâmbios também contribuíram para a criação e ampliação das redes de articulação entre associações e outras organizações que atuam na defesa dos territórios e para o fortalecimento das mulheres nesse contexto. De uma forma geral, os espaços dedicados ao acompanhamento dos projetos constituíram-se como importantes espaços de construção coletiva e compartilhamento de informações e conhecimentos.

Outra questão fundamental diretamente relacionada à defesa dos territórios que as organizações apontaram é o desafio de estimular uma maior participação dos jovens na vida produtiva e políticas das comunidades. Os projetos incentivam isso por meio de mecanismos de formação voltados para beneficiar diretamente as próprias comunidade

### **Projeto “Jovens da floresta defendem a agroecologia e a resistência em nosso território”, Santarém, região do Baixo Amazonas, Associação das Famílias da CFR Lago Grande do Curuai**

A CFR Lago Grande desenvolve um processo de formação complexo voltado a diversas áreas que são definidas coletivamente, em assembleia, de acordo com as prioridades e necessidades identificadas pelas próprias comunidades. Procura desenvolver o fortalecimento comunitário por meio de um conjunto de cursos voltados aos jovens, mas não se restringe a esse grupo e acaba também contemplando outras faixas etárias. De forma específica, os recursos da CPU Amazônia Agroecológica foram direcionados ao fortalecimento da organização pedagógica da escola rural por meio da regulamentação da documentação e da conquista do reconhecimento dos diplomas concedidos aos estudantes. No âmbito da chamada, também foi realizada a contratação de consultorias para assessoramento das produções da CFR e das comunidades. O projeto desenvolve um conjunto de atividades voltadas à agroecologia, incluindo a implementação de plantios para sistemas diversificados de produção e reflorestamento por meio de SAFs.

Os cursos desenvolvidos pela CFR são:

- Agroecologia: orienta sobre formas de manejo que não agridam ao meio ambiente para serem aplicadas dentro dos próprios territórios. Os jovens formados têm a possibilidade de aplicar os conhecimentos desenvolvidos nas suas próprias associações comunitárias e, junto à FEAGLE também, serem multiplicadores das práticas agroecológicas que foram aprendidas ao longo da formação.
- Agropecuária: voltada para a criação de pequenos rebanhos de gado com o manejo das áreas e controle de uso do solo; contempla também a criação de pequenos animais.
- Turismo de base comunitária: atividade que já vem sendo desenvolvida por algumas

comunidades da região e apresenta-se como uma possibilidade de trabalho para os jovens dentro da própria comunidade.

- Zootecnia: também voltado para o manejo de pequenos animais.
- Secretariado escolar: as atividades escolares muitas vezes são exercidas por pessoas enviadas de fora, pelas secretarias de educação. Nesse contexto, a formação serve como um estímulo para os jovens também ocuparem esses cargos e vagas nas escolas das comunidades.

Todos os cursos desenvolvidos pela CFR Lago Grande são voltados para a manutenção da juventude nos territórios por meio de práticas profissionais e atividades produtivas. O processo formativo como um todo também inclui, como tema transversal, a organização das associações comunitárias, que aborda as questões técnicas e burocráticas envolvidas na gestão.



Outra questão importante notada durante o acompanhamento dos projetos é a existência de organizações e movimentos sociais com presença em múltiplos territórios e atuantes em processos de mobilização regionais, como o STTR de Santarém e a FEAGLE no PAE Lago Grande, Baixo Amazonas; a MALUNGU entre os territórios quilombolas em todo estado do Pará, com acompanhamento direto de projetos na região do Baixo Tocantins e Transamazônica/Xingu; a Rede de Cantinas e Mini-usinas da Terra do Meio, na região da Transamazônica e Xingu, que abrange grandes unidades de conservação e terras tradicionalmente ocupadas; na Transamazônica/Xingu há, ainda, organizações como a Prelazia do Xingu, que também possuem uma atuação regional; na região da BR-163 destaca-se o papel da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de Itaituba.

No PAE Lago Grande, a FEAGLE, por exemplo, desempenha um papel de unidade entre as comunidades e trabalha para fortalecer a autonomia de associações comunitárias já existentes e estimular a criação de novas associações. De acordo sua presidenta, Rosenilce dos Santos Vitor, o trabalho político da FEAGLE tem o sentido de fazer com que as comunidades compreendam as associações comunitárias como uma ferramenta de luta e fortalecimento. Rosenilce afirma que, embora a FEAGLE ainda não possua uma estrutura técnica para o acompanhamento de todas as 155 comunidades do PAE, já é possível observar frutos importantes desse trabalho. O grupo Guardiões do Bem-Viver é um exemplo de como o surgimento de novas organizações políticas nasce do papel ativo das mais antigas. No caso dos Guardiões, a FEAGLE apresenta-se como organização-mãe e, assim como esta, também tem se

empenhado na realização de um trabalho de informação e mobilização das comunidades do PAE, contra o assédio de empresas de mineração e produção de soja para aquisição irregular de lotes de terra em áreas do assentamento. O grupo é formado por 15 jovens e já percorreu várias comunidades para discutir temas referentes à regularização fundiária do PAE e às ameaças enfrentadas nos territórios, expondo as estratégias das empresas junto aos comunitários. São ativos em processos de comunicação e no debate sobre mudanças climáticas.

Por último, mas não menos importante, os recursos dos fundos possibilitam uma organização maior dos sistemas produtivos e da gestão da comercialização agroecológica, o que, sem dúvida, melhora as condições gerais das associações e atrai a participação de mais pessoas em projetos, iniciativas e na vida política como um todo.

## Constituição e fortalecimento de redes de articulação de agroecologia

*No Pará, o rio da Agroecologia tem muitas nascentes, muitas fontes que deságuam no movimento agroecológico, convergência de uma pluralidade de lutas dos movimentos sociais. São muitos os desafios, mas a resiliência coletiva que nos fez chegar até aqui nos permite projetar o futuro por meio de uma nova construção: uma articulação que conecta diversas experiências, coletivos e redes que resistem em todo o estado (Carta Compromisso da Articulação Paraense de Agroecologia, 2023).*

As redes de articulação representam a convergência de uma pluralidade de lutas, que conecta diversas experiências e coletivos, e potencializa a incidência desses grupos sobre a formulação e o fortalecimento de políticas de defesa dos territórios e de promoção de práticas agroecológicas e conhecimentos tradicionais, que tem papel fundamental na manutenção das florestas vivas e na construção de uma política climática justa e não pautada em mecanismos de mercado.

A Articulação Paraense de Agroecologia surgiu de um processo de construção coletiva que culminou com o I Encontro Paraense de Agroecologia, realizado em Santarém, de 22 a 25 de março de 2023. Com o tema “Agroecologia, tecendo redes por soberania alimentar e popular nos territórios Amazônicos”, o encontro reuniu cerca de 200 pessoas de diversas organizações e movimentos sociais da Amazônia paraense vindas de diferentes territórios das regiões do Baixo Amazonas/ Tapajós; BR-163; Transamazônica/Xingu; Baixo Tocantins/Nordeste paraense e Sudeste do Pará. Uma Carta Compromisso foi assinada por 81 organizações de diversas naturezas, entre movimentos sociais, sindicatos, conselhos, comitês, cooperativas, associações, fóruns, institutos, entre outros. Comunidades sem representações constituídas formalmente também compõem o documento, assim como entidades estaduais, regionais e nacionais. O Fundo Dema apoia esta articulação bem como sua Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida.



Entre outros, a Articulação Paraense de Agroecologia estabelece como compromissos: 1) Defender os direitos territoriais amazônicos a partir das múltiplas dimensões de existência [...]; 2) Lutar contra a expansão do agronegócio, da mineração, do hidronegócio e do bionegócio; 3) Lutar pelo livre acesso e uso da biodiversidade e defender estratégias dos próprios grupos e comunidades sobre a gestão dos bens comuns; 4) Salvaguardar a sociobiodiversidade e assegurar a proteção dos conhecimentos tradicionais associados; 5) Defender as sementes e mudas de variedades crioulas como patrimônios da humanidade e meios de reprodução da vida; 6) Valorizar as diversas culturas alimentares amazônicas como dimensão estruturante da soberania e segurança alimentar e nutricional [...].

A Carta na íntegra e todos os compromissos listados pelas organizações podem ser acessados em <<https://agroecologia.org.br/2023/04/14/carta-compromisso-do-encontro-paraense-de-agroecologia/>>



Foto: João Paulo Guimarães

## Os Fundos Comunitários Autônomos

A criação de fundos comunitários autônomos foi indicada durante as atividades da CPU Amazônia Agroecológica como uma possibilidade de fortalecimento de projetos nos diversos territórios, movimento que as próprias ações do Fundo Dema vêm estimulando nas regiões em que atua.

Graça Costa, presidenta do Fundo Dema, explicou durante o Seminário Nacional Amazônia Agroecológica, realizado em Belém (abr/2024), que a articulação de uma Rede de Fundos é um salto que o Fundo Dema está dando em relação ao trabalho que já vem sendo realizado há 20 anos na Amazônia paraense. Nesse sentido, ela afirma que a aproximação com outras experiências de fundos comunitários e a articulação de uma rede possibilita constituir perspectivas para a construção de políticas públicas e fazer incidência junto aos governos e órgãos do Estado. Ela destaca, sobretudo, que a rede vem para

*[...] melhorar a qualidade das iniciativas que estão colocadas nesse campo da*

*agroecologia como uma proposta que vem realmente pra qualificar não apenas o processo de produção, mas também todo um processo de fortalecimento da nossa sociobiodiversidade (Graça Costa, presidenta do Fundo Dema, 2024).*

Essa proximidade do Fundo Dema com as comunidades e suas organizações por meio do Comitê Gestor resultam na consolidação da credibilidade de um trabalho realizado desde o momento de implementação dos projetos até sua execução e conclusão, o que torna possível também a chegada de mais pessoas e mais comunidades à participação em projetos comunitários. As respostas às dificuldades enfrentadas pelos projetos também se constituem como um aprimoramento de competências de ordem burocrática, financeira e administrativa no âmbito das organizações.

Durante a Oficina do Baixo Amazonas, Irmã Marialva destacou que a forma como o Fundo Dema desenvolve suas atividades junto às associações ajuda muito na resolução dos problemas que surgem em meio à execução dos projetos. Ela destaca, sobretudo, essa presença de educadores e gestores em constante troca com as pessoas dos territórios e a realização de encontros coletivos de acompanhamento de projetos, o que possibilita momentos de troca de conhecimentos. São formas de fazer que as organizações vêm adotando cada vez mais como construção coletiva de estratégias, a exemplo da realização de intercâmbios e seminários.

A forma de fazer do Fundo Dema e suas grandes contribuições também inspiraram o surgimento de outros fundos comunitários, como o Fundo Babaçu, o Fundo de Mulheres Luzia Dorothy do Espírito Santo e o Fundo Quilombola Mizizi Dudu, que, assim como o Fundo Dema, constituem-se de comitês de gestão com várias organizações que dialogam e atuam sobre as realidades em que vivem, observando a atuação específica de determinados grupos sociais. De acordo com Graça Costa, o desafio do Fundo Dema e demais fundos comunitários é buscar seu fortalecimento enquanto instrumentos de justiça socioambiental e climática, o que significa ampliar vozes comunitárias e territoriais de mulheres, jovens, agroextrativistas, povos indígenas, quilombolas e camponeses. É o fortalecimento social da diversidade, por meio de uma forma de governança de base coletiva e ativa.



Foto: Luma Rodrigues

# DESAFIOS FUTUROS DOS PROJETOS

Durante os diversos momentos de sistematização e avaliação dos projetos do AA, também foram apresentadas as principais dificuldades enfrentadas pelas organizações durante a implementação das iniciativas. São diversas dimensões técnicas e burocráticas que representam desafios que precisam ser considerados e superados em experiências futuras por organizações e financiadores. Além disso, houveram questões relacionadas especificamente aos impactos da pandemia e da grande seca de 2023 sobre os cronogramas de implementação, liberação de recursos e execução das atividades dos projetos.

## Dimensões técnicas e burocráticas

### **1. Acompanhamento técnico para o desenvolvimento de atividades**

Sobre os aspectos técnicos dos projetos agroecológicos, foram levantadas questões referentes: a) ao controle de pragas e como lidar com isso dispensando totalmente o uso de agrotóxicos e considerando os recursos que a própria terra oferece; b) como lidar com as particularidades de algumas espécies florestais e agrícolas quanto ao solo e os tipos de manejo; c) como lidar com a problemática dos solos degradados identificando as possibilidades agroecológicas de recuperação; d) como tornar os sistemas agroflorestais mais produtivos; e) melhor apoio também por parte de políticas públicas para questões de suporte logístico e de acesso ao mercado.

### **2. Cotações e compras**

A partir da organização das economias locais e desenvolvimento dos comércios, o cumprimento da obrigação de cotações para realização das compras dos projetos exigiu bastante esforço das organizações, que relataram: a) dificuldades para conseguir levantar as três propostas necessárias para a aquisição de materiais entre os comerciantes locais das cidades em que os projetos estão inseridos. Muitas organizações afirmaram que tiveram que recorrer a municípios vizinhos em busca de resolver esta demanda; b) também foi destacada a dificuldade na obtenção de notas fiscais para compras de materiais para realização de obras e construção de espaços físicos, sobretudo areia, barro e seixo. A recusa de donos de estâncias pode indicar que há irregularidades na origem desses materiais.



## Dimensões técnicas e burocráticas

### 3. Apoio financeiro específico para a coordenação dos projetos

Nem todas as organizações e associações possuem formas de remuneração de seus membros em cargos de gestão que, normalmente, conduzem os projetos de forma voluntária. Por conta disso, faz-se necessário refletir sobre formas de remuneração para os trabalhos realizados nos projetos que não afetem algumas seguridades sociais específicas, como aposentadorias e pensões, além de benefícios como bolsa família e seguro-defeso.

### 4. Tempo para execução dos projetos

A tipologia dos projetos agroecológicos desenvolvidos demanda um tempo maior para a consolidação de resultados, o que normalmente não se vê contemplado no período de vigência de um contrato junto a um financiador. Contudo, a execução em si já demonstra a grande expressividade da contribuição que cada projeto teve junto a suas comunidades, territórios e regiões.

## Dimensões relacionadas à pandemia e à grande seca

### 1. Defasagem dos recursos após a pandemia de COVID 19

Houve a incidência da inflação sobre grande parte dos materiais necessários à execução de determinadas atividades dos projetos. A alta dos preços pós-pandemia redimensionou objetivos como forma de responder a essa defasagem e garantir a realização das ações previstas.

### 2. Tempo para rearticulação das comunidades

As organizações também se referiram ao desafio de reengajar as comunidades nas atividades políticas dos territórios após a pandemia. Contudo, os projetos também apresentaram respostas positivas quanto a este problema na medida em que as ações começaram a ser implementadas e passaram a reaproximar as pessoas em prol do trabalho coletivo.

### 3. Comprometimento de atividades produtivas

Algumas organizações relataram que o comprometimento de atividades produtivas durante a seca de 2023 impossibilitou a entrega de produtos que seriam comercializados pelo PNAE e PAA e afetou a segurança alimentar e nutricional nos territórios.

## Dimensões relacionadas à pandemia e à grande seca

### 4. Falta de apoio dos poderes públicos no atendimento de comunidades

Tanto em relação à pandemia quanto à grande seca, as organizações relatam que os poderes públicos agiram com negligência e omissão diante dos vários problemas sociais, ambientais, econômicos e de saúde enfrentados pelas comunidades no decorrer destes dois momentos.

Muitas reflexões foram expostas a partir desses desafios que se apresentaram à execução dos projetos, onde as organizações também estimulam mudanças nos processos e mostram a realidade de muitos territórios amazônicos quantos aos aspectos socioambientais, geográficos e econômicos. São fatores que merecem ser considerados a partir das experiências apresentadas por cada projeto.

Diante dos desafios, as organizações mostraram um verdadeiro impulso de realização dos projetos ao refletir que compreender as questões burocráticas e a gestão dos recursos também faz parte dos conhecimentos constituídos ao longo desse processo.

*Um projeto, ele traz uma renovação, muita esperança, muita perspectiva também. Embora a gente saiba que é um fundo, mas também tem os seus critérios, regras e tem responsabilidades, então acredito que essas regras, esses critérios, eles são necessários também pra que gente se habilite, pra quando a gente tem outro tipo de financiamento, por exemplo, a gente também já esteja mais preparado, e eles têm capacitado muito, muito, porque as pessoas começam a entender que são elas que fazem acontecer e dar certo (Ivete Bastos (STTR/STM). Entrevista realizada durante a Oficina de Sistematização Amazônia Agroecológica do Baixo Amazonas, mar/2024).*

A boa relação estabelecida entre o Fundo Dema, seu Comitê Gestor, e as organizações com projetos apoiados merece destaque nesse contexto, por ser uma forma de acompanhamento constante, sistemático e qualitativo, que certamente tem sua contribuição para o alcance de resultados tão relevantes pelos projetos, como os que foram descritos ao longo do texto. Ainda, certamente, haverá mais desdobramentos e efeitos positivos que foram gestados nessa experiência da Chamada Pública Amazônia Agroecológica.

# REFLEXÕES FINAIS

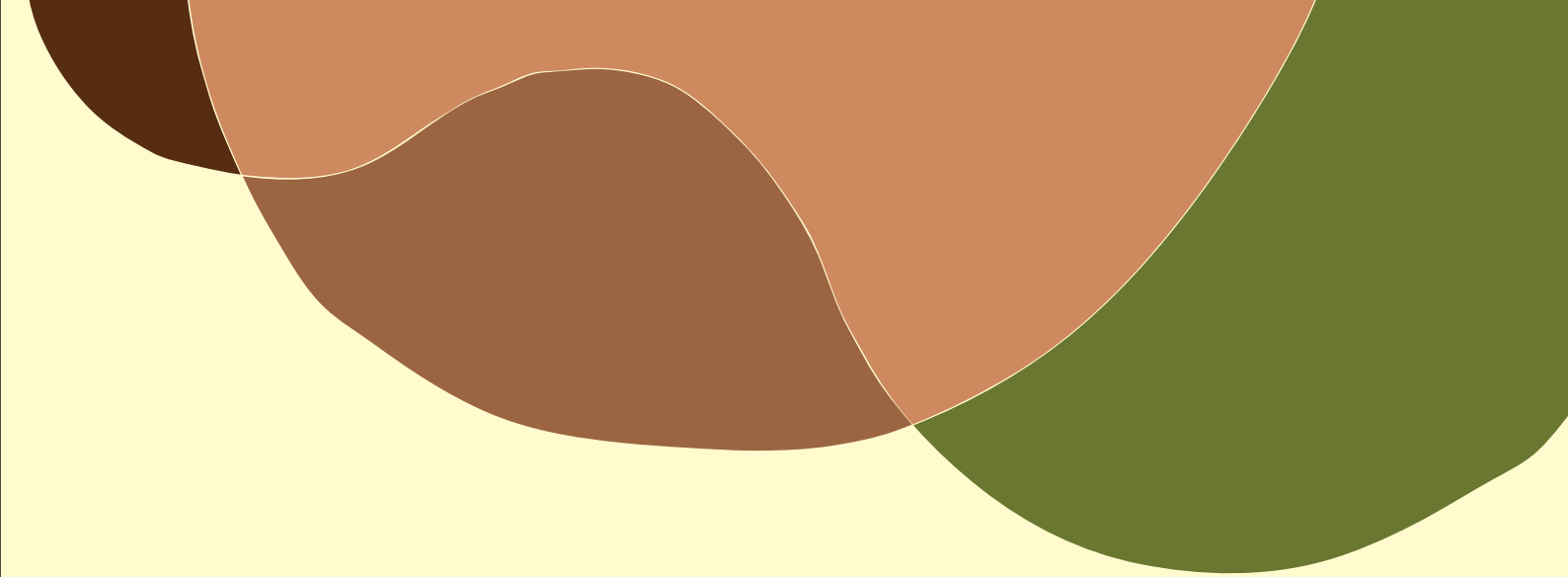
**Não abrimos mão de nossas construções coletivas e aprendemos com a pedagogia dos territórios a agroflorestar as fronteiras esgarçadas pelo capital. Assim, assumimos a Agroecologia como parte estruturante de um projeto de sociedade que tenha a vida como centro e a soberania como princípio do exercício de poder popular nos territórios amazônicos (Carta Compromisso do I Encontro Paraense de Agroecologia/2023, Articulação Paraense de Agroecologia).**

A escrita dessa revista foi desenvolvida a partir do acompanhamento sistemático dos projetos da Chamada Pública Unificada Amazônia Agroecológica, que expuseram resultados importantíssimos em várias escalas do que foi realizado em cada território. Muitas ações apenas começaram e muitos efeitos dos projetos ainda poderão ser melhor avaliados futuramente. Mas, o que foi desenvolvido até aqui mostra as grandes contribuições da agroecologia para os processos de resistência de povos tradicionais e camponeses no atual contexto e sua importância para a sobrevivência das florestas e da sociobiodiversidade na Amazônia.

Portanto, mais do que a execução em si de atividades, os projetos, hoje, fazem parte do fazer político das organizações, constituindo-se como trajetórias coletivas que compõem um quadro de estratégias de fortalecimento territorial e político, conforme descrito ao longo da publicação. Junto às iniciativas agroecológicas, as organizações e associações comunitárias também reforçam a importância de garantir o cumprimento de processos de reconhecimento, como as titulações coletivas e as demarcações de Terras Indígenas, previstos na Constituição Federal de 1988 e legislações correlatas. São direitos que o Congresso Nacional e a bancada ruralista visam enfraquecer dia a dia, mas que estão sendo ativamente questionados por movimentos sociais, organizações indígenas e quilombolas, sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais, entre tantas outras entidades.

Nesse contexto, mecanismos de proteção dos territórios como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada no Brasil pelo Decreto nº





5.051/04, também vem sendo bastante acionados como forma de defesa. Muitas comunidades entre as que foram apoiadas pela chamada pública já iniciaram ou tem concluído a elaboração dos Protocolos de Consulta Prévia, Livre e Informada. Como parte de uma estrutura de governança dos povos sobre seus territórios e vidas, os Protocolos são concebidos como um conjunto de orientações e diretrizes que regem as relações sociais, econômicas e políticas das comunidades com agentes externos, sejam públicos ou privados. O manejo da natureza com base nos conhecimentos tradicionais também vem sendo respaldado pela construção de Planos de Gestão Territorial, Planos de Uso e Planos de Manejo Comunitário, que são instrumentos que ajudam na gestão dos territórios e da natureza a partir do estabelecimento de regras de uso dos recursos e proibições para as ações predatórias como o uso de agrotóxicos, a extração ilegal de madeira e o garimpo. Esses instrumentos possibilitam fortalecer processos de decisão autônomos sobre os territórios diante das velhas e “novas” ameaças que hoje afetam a Amazônia em meio à emergência climática.

Todas essas iniciativas são impulsionadas pelo fortalecimento dos territórios que se expressou nos projetos também por meio da formulação de redes de articulação entre organizações, movimentos sociais e comunidades, do estímulo à participação da juventude na vida política e comunitária dos territórios e do fortalecimento da autonomia das associações e comunidades na formulação de suas próprias ações de defesa. Por isso, as organizações afirmam que é imperativo ampliar o desenvolvimento de projetos comunitários e outros mecanismos de proteção dos territórios tradicionalmente ocupados, como forma de garantir as bases de sobrevivência das florestas na Amazônia e como forma de reforçar politicamente as redes de solidariedade entre os povos. Pautados no bem-viver e na defesa da justiça climática, as organizações comunitárias traçam o enfrentamento aos modelos econômicos vigentes e destacam suas contribuições sobre os possíveis caminhos para a crise climática global e seus efeitos na Amazônia.

# REFERÊNCIAS

ALENCAR, Ane; RODRIGUES, Lucas; CASTRO, Isabel. Nota Técnica Amazônia em chamas: o que queima e onde. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), 2020. Disponível em <<https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2020/08/NT5-pt-final.pdf>>

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. O intransitivo da transição: o estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965-1989). In: LÉNA, P.; OLIVEIRA, A.E. (Org.). AMAZÔNIA: a fronteira agrícola 20 anos depois. 2. ed. Belém: CEJUP; MPEG, 1992.

\_\_\_\_\_. Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2.ª ed, Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

BOULTON, C.A., LENTON, T.M. & BOERS, N. Pronounced loss of Amazon rainforest resilience since the early 2000s. *Nat. Clim. Chang.* 12, 271–278 (2022). Disponível em <<https://doi.org/10.1038/s41558-022-01287-8>>

ENCONTRO PARAENSE DE AGROECOLOGIA. Carta Compromisso do I Encontro Paraense de Agroecologia, 2023, assinada por 81 organizações. Disponível em <<https://fase.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Carta-Compromisso-compactado.pdf>>

DA CUNHA, M. C., S. B. MAGALHÃES, C. ADAMS, L. EMPERAIRE (Orgs.). Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. Seção 7, São Paulo: SBPC, 2021, 351 p.

EMPERAIRE, Laure. Gerar, Cuidar e Manter a Diversidade Biológica. In DA CUNHA, M. C., S. B. MAGALHÃES, C. ADAMS, L. EMPERAIRE (Orgs.). Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. Seção 7, São Paulo: SBPC, 2021, 351 p.

FEAGLE. Plano de Utilização das Comunidades do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) da gleba Lago Grande. Disponível em <<https://fase.org.br/wp-content/uploads/2018/07/Plano-de-Uso-PAE-Lago-Grande-Santarem-1.pdf>>. Santarém, FEAGLE, 2018.

GRUPO CARTA DE BELÉM. Quem ganha e quem perde com o REDD e Pagamento por Serviços Ambientais? Brasília: Grupo Carta de Belém, 2011. Disponível em <<https://www.cartadebelem.org.br/wp-content/uploads/2020/07/quem-ganha-quem-perde.pdf>>

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). Taxas de desmatamento Amazônia Legal (2020; 2021; 2022; 2023). Disponível em <[http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal\\_amazon/rates](http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates)>

ISA. Xingu: histórias dos produtos da floresta. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2017.

LIMA, Ana Gabriela Morim de; OLIVEIRA, Joana Cabral de; SHIRATORI, Karen. Conhecimentos Associados à Biodiversidade. In DA CUNHA, M. C., S. B. MAGALHÃES, C. ADAMS, L. EMPERAIRE (Orgs.). Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. Seção 8, São Paulo: SBPC, 2021, 278 p.

LIMA, Lourenço Bezerra; MOURA, Fatima Aparecida G.; WOHLFAHRT, Leonel. Caderno de Formação: caminhos da comercialização da agricultura familiar, agroextrativista e agroecologia. Belém/PA; Cáceres/MT: FASE, Fundo Dema, Fundo Amazônia, 2022.

NUNES, Adriana. Conservação, biodiversidade e bioeconomia: discursos neoliberais e a ecologia da plantation da soja na Amazônia. Tese de Doutorado. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém, 2022, no prelo.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA (OC). Análise das Emissões de Gases de Efeito Estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil (1970–2021). OC, 2023. Disponível em <<https://seeg.eco.br/wp-content/uploads/2023/03/SEEG-10-anos-v4.pdf>>

OVIEDO, Antonio Francisco Perrone; DOBLAS, Juan. As florestas precisam das pessoas. São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA), 2022. Disponível em <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/florestas-precisam-das-pessoas>>

REDE XINGU +. Economia da Floresta: Rede de Cantinas. Disponível em <<https://www.xingumais.org.br/iniciativa/Rede%20de%20Cantinas?id=453>>

REZENDE, Roberto. Ribeirinhos da Terra do Meio (PA): classificações de animais e plantas. In DA CUNHA, M. C., S. B. MAGALHÃES, C. ADAMS, L. EMPERAIRE (Orgs.). Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. Seção 8, São Paulo: SBPC, 2021, 278 p.

REVISTA FORBES. Nem a pandemia de Covid-19 para o agronegócio brasileiro <<https://forbes.com.br/negocios/2020/12/nem-a-pandemia-de-covid-19-para-o-agro-negocio-brasileiro/>>





# Amazônia Agroecológica

REALIZAÇÃO:



APOIO:

